

FORMAÇÃO PRESBITERAL: desafios e perspectivas



3 Formação presbiteral: os desafios
morais de uma empreitada
Eliseu Wisniewski

21 Padre:
um perito em humanidade
Douglas Alves Fontes

13 A caridade pastoral
e seu diálogo com a razão
Joel Portella Amado

29 Amazônia: formar presbíteros
em novos caminhos
Zenildo Lima da Silva

35 Roteiros homiléticos Zuleica Aparecida Silvano

Prezadas irmãs, prezados irmãos, graça e paz!

O tema da formação nos seminários e conventos é um caminho sempre desafiador e exigente. A imagem do caminho nos remete exatamente ao itinerário que Jesus fez com seus discípulos rumo a Jerusalém. “Estavam no caminho, subindo para Jerusalém. Jesus ia à frente deles” (Mc 10,32a). O caminho é elucidativo no sentido de que a formação é um processo para a vida toda. Ninguém nunca está totalmente formado. Há sempre o que aprender e se aprimorar. Jesus é o mestre, ele vai à frente para que os discípulos aprendam a caminhar seguindo suas pegadas.

É certo que Jesus não chama discípulos perfeitos. Mas ele sabe de que matéria somos feitos. Por isso, oferece-nos a possibilidade de preparação para a missão. Daí o encargo entregue à Igreja para o cuidado e atenção especial à formação de seus ministros. Isso é atestado pelos documentos do Magistério e confirmado pela insistência atual do papa Francisco neste tema.

Francisco, em seu discurso aos participantes do Congresso Internacional da Pastoral Vocacional, em 21 de outubro de 2016, enfatizou: “Temos que aprender a sair das nossas intransigências que nos tornam incapazes de comunicar a alegria do Evangelho, das fórmulas standardizadas que muitas vezes resultam anacrônicas, das análises preconcebidas que arquivam a vida das pessoas em esquemas frios. Sair de tudo isto”.

Uma expressão fundamental de Francisco é “uma Igreja em saída”. A saída tem que ver com a missão. E, para sair, é necessário que aqueles que recebem o encargo do serviço ao povo de Deus estejam preparados, munidos de mística e coragem para viver e comunicar a boa notícia. Nisso consiste, pois, o papel do caminho formativo.

Este número de *Vida Pastoral* quer lançar luzes sobre a questão da formação presbiteral, seus desafios e perspectivas. Os articulistas levam em conta o texto das *Diretrizes para a formação dos presbíteros no Brasil*. Pe. Eliseu Wisniewski considera a primeira e segunda partes desse documento, observando especialmente como os bispos trataram as questões morais que desafiam a formação dos candidatos ao presbiterado. Dom Joel Portella, por sua vez, discorre sobre a dimensão intelectual na formação numa perspectiva de integralidade da pessoa, entendendo assim que todo cabedal formativo deve estar a serviço da caridade pastoral. No aspecto também da integralidade, Pe. Douglas Fontes pondera a dimensão humana da formação sacerdotal com base na *Ratio Fundamental*, documento normativo da formação sacerdotal na Igreja, apresentando sua incidência na atualização das diretrizes nacionais da formação presbiteral. Finalmente, Pe. Zenildo da Silva lança um olhar específico à formação de presbíteros na Amazônia. Trata-se de uma formação historicamente situada, contextualizada e inculturada, capaz de dialogar com os desafios e as expressões da vida que pulsa na Amazônia.

Para iluminar nossa meditação da Palavra de Deus temos os roteiros homiléticos, com as valiosas reflexões bíblico-pastorais de Ir. Zuleica Silvano. Esperamos poder colaborar para o ardor na missão e a alegria de servir, na perspectiva do apóstolo São Paulo: “Tornar-se tudo para todos, a fim de salvar alguns a qualquer custo” (1Cor 9,22).

Boa leitura!

Pe. Antonio Iraildo Alves de Brito, ssp
Editor

Editora	PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO
Jornalista Responsável	Valdir José de Castro, ssp
Editor	Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp
Conselho editorial	Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp Claudio Avelino dos Santos, ssp Darcy Luiz Marin, ssp Paulo Sérgio Bazaglia, ssp
Ilustrações	Patrícia Campinas (artigos) e Luis Henrique Alves Pinto (Roteiros Homiléticos)
Editoração	Elisa Zuigeber
Revisão	Alexandre Santana e Cícera Martins

Assinaturas assinaturas@paulus.com.br
(11) 3789-4000 • WhatsApp: 99974-1840
Rua Francisco Cruz, 229
Depto. Financeiro • CEP 04117-091 • São Paulo/SP

Redação © PAULUS – São Paulo (Brasil) • ISSN 0507-7184
vidapastoral@paulus.com.br
paulus.com.br / paulinos.org.br
vidapastoral.com.br

Periódico de divulgação científica. Área: Humanidades e artes.
Curso: Teologia.

Vida Pastoral – Assinaturas

A revista *Vida Pastoral* é distribuída gratuitamente pela Paulus. A editora aceita contribuições espontâneas para as despesas postais e de produção da revista.

Para as pessoas que moram em cidades onde não há livraria Paulus e desejam receber a revista, as assinaturas podem ser efetuadas mediante envio dos dados para cadastro de assinante (nome completo, endereço, telefone, CPF ou CNPJ) e de contribuição espontânea para a manutenção da revista. Para os que já são assinantes e desejam renovar a assinatura, pede-se acrescentar aos dados também o código de assinante.

Para contato:

E-mail: assinaturas@paulus.com.br

Tel.: (11) 3789-4000

WhatsApp: 99974-1840

Para a efetuação de assinaturas, enviar dados e cópia de comprovante de depósito da contribuição para despesas postais para:

Revista *Vida Pastoral* – assinaturas
Rua Francisco Cruz, 229 – Depto. Financeiro
04117-091 – São Paulo – SP

Contas para depósito de contribuição para despesas postais:

Banco do Brasil: agência 300-X, conta 105555

Bradesco: agência 3450-9, conta 1139-8

Livrarias Paulus

APARECIDA – SP

Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44,45,78,79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE

Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELÉM – PA

Rua 28 de setembro, 61 –
Campina – (91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG

Rua da Bahia, 1136
Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BRASÍLIA – DF

SCS – Q. 1 – Bloco I – Edifício
Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasilia@paulus.com.br

CAMPINAS – SP

Rua Barão de Jaguara, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS

Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS

Av. Júlio de Castilho, 2029
(54) 3221-7797
caxias@paulus.com.br

CUIABÁ – MT

Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR

Pça. Rui Barbosa, 599
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC

Rua Jerônimo Coelho, 119
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE

Rua Floriano Peixoto, 523
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO

Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB

Rua Peregrino de
Carvalho, 134 – Centro
(83) 3221-5108
joao Pessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG

Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MANAUS – AM

Rua Itamaracá, 21, Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN

Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS

Rua Dr. José Montaury, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE

Av. Dantas Barreto, 1000 B
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP

Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ

Rua México, 111-B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA

Rua Direita da Piedade, 75
Barris (71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP

Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA

Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluis@paulus.com.br

SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ

Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – RAPOSO TAVARES

Via Raposo Tavares, Km 18,5
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA

Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metrô Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

SOROCABA – SP

Rua Cesário Mota, 72 – Centro
(15) 3442-4300 3442-3008
sorocaba@paulus.com.br

VITÓRIA – ES

Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br

FORMAÇÃO PRESBITERAL: OS DESAFIOS MORAIS DE UMA EMPREITADA

Eliseu Wisniewski*



*O artigo leva em conta a primeira e a segunda parte do texto das Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil, procurando observar como os bispos trataram as questões morais que desafiam a formação presbiteral. Em seguida, lança luzes sobre a empreitada da formação, tomando como referência a obra *Formação: desafios morais*.*

*Eliseu Wisniewski é presbítero da Congregação da Missão – Província do Sul (padres vicentinos), mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) e doutorando em Teologia pela mesma universidade.
E-mail: eliseu.vicentino@gmail.com

Introdução

Em 2016, a Congregação para o Clero publicou a *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* e, em 2018, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, na 56ª Assembleia Geral, trabalhou na elaboração das novas *Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil*. Essas novas diretrizes levam em conta, especialmente, as orientações da *Ratio* e o magistério do papa Francisco, buscando, com base neles, imprimir unidade, coerência e gradualidade ao processo de formação dos presbíteros.

Inicialmente vamos nos debruçar sobre a primeira e a segunda parte do texto das *Diretrizes para a formação dos presbíteros da*



Igreja no Brasil,¹ destacando como os bispos abordaram as questões morais que desafiam a formação presbiteral, e, num segundo momento, lançaremos luzes sobre esses desafios, tomando como referência a obra *Formação: desafios morais* (TRASFERETTI; MILLEN; ZACHARIAS, 2018). Entendemos que essa obra constitui uma contribuição significativa para aqueles que se dedicam ao ministério formativo, oferecendo luzes e perspectivas para um trabalho formativo eficaz, porque respeitoso com as pessoas e com o chamado de Deus para cada uma delas.

1. Os desafios morais nas “Diretrizes para a formação dos presbíteros”

O texto das *Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil* está estruturado em três partes, abordando, na primeira, as três coordenadas da formação presbiteral (o contexto como desafio, os fundamentos teológicos, o processo formativo), na segunda, a formação inicial (espaços formativos, tempos formativos, pedagogia e itinerário formativo, dimensões da formação) e, na terceira, a formação permanente. Destacaremos apenas os desafios morais presentes na primeira e na segunda parte.

Entendendo que “a vida e a missão do presbítero são marcadas por uma intencionalidade pastoral missionária, que deve configurar todo o processo formativo” (n. 30), e

“Embora a vocação e o ministério presbiteral sejam dons de Deus à sua Igreja, sabemos que a chamada formação presbiteral inicial não é algo simples nem automático”

que a “missionariedade revela-se como fio condutor” de tal processo (n. 148), devendo este ser “único, integral, comunitário e missionário” (n. 59; n. 165) em vista da “identidade, da vida e da missão do presbítero” (n. 47), apresenta-se o objetivo geral da formação, o qual consiste em “formar os pastores do povo de Deus, configurados a Jesus Cristo, Mestre, Sacerdote e Pastor, levando-os a serem santos, discípulos-missionários, verdadeiros pastores do povo de Deus, exercendo com humildade a função pastoral de guia dotado de autoridade, mestre da Palavra e ministro dos sacramentos, a fim de praticar uma fecunda paternidade espiritual” (n. 63; cf. n. 149).

O texto reconhece que os desafios da mudança de época² e os desafios da evangelização pedem presbíteros “integrados, capazes de ler e interpretar os sinais dos tempos no horizonte da fé” (n. 11), “santos, qualificados e competentes, capazes de conservar no tempo o entusiasmo do coração, acolher com alegria a jovialidade do evangelho, usar palavras capazes de tocar a vida das pessoas” (n. 59), exigindo, por isso, dos candidatos ao ministério orde-

¹ Seguimos o texto das *Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil* aprovado na 56ª Assembleia Geral da CNBB (Aparecida - SP, 11-20 de abril de 2018). Em matéria publicada no site dessa instituição no dia 28/12/2018 noticiou-se que o texto, já aprovado pela Congregação para o Clero do Vaticano, aguarda a publicação. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/retrospectiva-2018-56a-assembleia-geral-da-cnbb-atualizou-as-diretrizes-de-formacao-do-clero/>>. Acesso em 06 fev. 2019.

² “Respeitada a possibilidade de diferentes compreensões, entendemos que Aparecida se deparou com o desafio do que já se convencionou chamar de mudança de época. Não são alterações periféricas ou circunstanciais, diante das quais os fundamentos últimos permanecem inalterados. Ao contrário, além das transformações nos mais diversos aspectos da vida, afetam-se também os alicerces de compreensão. Não são apenas os fatos que, de tão novos, pedem novas compreensões. São também – e principalmente! – os critérios para a interpretação desses fatos que se mostram atingidos. Os critérios até então utilizados não satisfazem mais, pelo menos com a força que possuíam em outros períodos históricos. Ao mesmo tempo, não existem critérios novos, ou pelo menos compreensões dos critérios habituais, que permitam enfrentar, com satisfatória dose de tranquilidade, a torrente e desafios que, ininterruptamente, surgem diante de nós” (AMADO, 2018, p. 107).



nado uma “resposta pessoal dentro de um processo que se inicia com o conhecimento do dom recebido e amadurece gradualmente ao longo do itinerário formativo” (n. 13), caracterizado pelo “desejo de responder à vontade de Deus e deixar-se transformar por ela” (n. 22), a ponto de progressivamente “ter uma consciência formada, ou seja, que se torne responsável, capaz de tomar decisões justas, dotado de reto juízo e de uma percepção objetiva das pessoas e dos acontecimentos” (n. 210; n. 215, 3).

Os desafios morais quanto à identidade e à missão dos presbíteros nas circunstâncias atuais pedem o testemunho da fé e da caridade; profunda espiritualidade, renúncia e despojamento de si; prioridade da tarefa da evangelização; capacidade de acolhida, superando a tentação de um serviço burocrático e rotineiro; solidariedade efetiva com os sofredores; opção preferencial pelos pobres; maturidade para enfrentar os conflitos existenciais; cultivo da dimensão ecumênica; diálogo inter-religioso; respeito à pluralidade; apoio às justas reivindicações do povo; capacidade de respeitar, discernir e suscitar serviços e ministérios; promoção e manutenção da paz e da concórdia (cf. n. 46) e a decisão de evitar a mera “submissão por conveniência” (n. 237, 7). Incentive-se o “espírito de pobreza e solidariedade com os mais pobres e evite-se paternalismo, acomodação, aburguesamento e desperdício” (n. 235). Tudo isso favorecido pela presença dos formadores (cf. n. 117), de cristãos leigos e leigas (cf. n. 118), por iniciativas no campo ecumênico (cf. n. 120).

No contexto de uma Igreja missionária e em saída, esse estilo profético de vida requerido dos presbíteros configurados como “discípulos, missionários, cheios de misericórdia, pastores e santos” (n. 65; n. 274), peritos em humanidade, homens da proximidade, da misericórdia, de oração (cf. n. 44), pede a atenção para a perda do senso de

comunidade, para o imediatismo, a instantaneidade e a virtualidade da própria vida, a primazia das relações virtuais (cf. n. 224) em detrimento de relações interpessoais, o consumismo, a aparência, o exibicionismo, a obtenção de aplausos, a religião reduzida a espetáculo, a autossuficiência, a autorreferencialidade (cf. n. 12). Exige-se, ainda, evitar “práticas fundamentalistas marcadas por rigidez e busca de segurança em um estilo de vida próprio do passado, atitudes individualistas, marcadas pelo relativismo ético e indiferença religiosa” (n. 14), reconhecendo e corrigindo a “mundanidade espiritual: a obsessão pela aparência, uma segurança doutrinal ou disciplinar presunçosa, o narcisismo e o autoritarismo, a pretensão de impor-se, o cuidado somente exterior e ostentado com a ação litúrgica, a vanglória, a incapacidade de escutar o outro e todo o gênero de carreirismo” (cf. n. 66).

Em vista disso, o processo formativo, constituído pelas cinco dimensões: “humana, espiritual, comunitária, intelectual e pastoral missionária” (n. 206), tendo em vista o “crescimento integral da pessoa do formando” (n. 207), há que ser “personalizante” (n. 60), “amadurecido e apoiado em motivações verdadeiras, autênticas, livres e pessoais” (n. 61), marcado por um “clima de sã liberdade e de reponsabilidade pessoal, evitando ambientes artificiais ou itinerários impostos” (n. 62), com “clara convicção a respeito de sua vocação presbiteral e dos compromissos inerentes a ela, na aceitação da doutrina do presbiterado definida pela Igreja” (n. 114), para que o celibato seja livremente abraçado “como especial dom de Deus” (n. 57), amadurecendo, desta forma, uma “afetividade serena e livre, fiel à castidade celibatária” (n. 58) e “dedicando tempo suficiente para ilustrar os aspectos positivos do celibato, falando abertamente das suas exigências e mostrando aos seminaristas a importância de vivê-lo como dom de Deus” (n. 115; n. 145; n. 221).



Para isso, a equipe de formadores (cf. n. 204; n. 316) precisa contar com formadores “pedagogicamente qualificados” (n. 83), evitando-se “improvisações, imediatismos, ativismos e empirismos” (n. 272); formadores capazes de acompanhar os candidatos com “projetos formativos específicos” (n. 88). Na fase do primeiro discernimento, “deve-se prestar atenção a possíveis obstáculos à autêntica vocação: excessiva dependência afetiva; agressividade desproporcionada; insuficiente capacidade de ser fiel aos compromissos assumidos e de estabelecer relacionamentos serenos de abertura, confiança e colaboração fraterna com a autoridade; identidade sexual confusa ou não ainda definida” (n. 85).

Nos projetos formativos, cabe ter especial cuidado diante do “aumento de vocações adultas” (n. 87), favorecendo um “cuidadoso discernimento acerca da autenticidade de tais vocações” (n. 88). Por meio desse cuidadoso discernimento, os vocacionados adultos sejam “ajudados a refletir sobre as reais motivações de sua vocação” (n. 87), percebendo o “descompasso entre motivações declaradas e suas motivações inconsistentes,³ tais como fuga de compromissos estáveis com o casamento e a família; problemas de identidade sexual; desilusões amorosas; despreparo para enfrentar a dura realidade do mundo do trabalho; busca ilusória de segurança, bem-estar e honras presumidas; fascínio pela figura social do presbítero” (n. 87).

O texto recomenda também atentar para o campo da sexualidade, uma vez que “entre os jovens de hoje pode-se apresentar uma identidade sexual desintegrada, o que fragmenta a própria personalidade e a

vida psíquica. Tenha-se presente que neste campo podem verificar-se distúrbios sexuais incompatíveis com o sacerdócio” (n. 26; cf. também os nn. 105 e 106, a).

Diante de uma aprendizagem deficiente, é fundamental uma “formação sólida” (n. 29), superando uma “pura ciência conceitual” para “chegar àquela inteligência do coração que sabe ver, primeiro, o mistério de Deus e depois é capaz de comunicá-lo aos irmãos” (n. 275). Haja, para isso, “ajuda sistemática para cultivar a leitura e redação, para elaborar sínteses e cultivar uma consciência crítica em meio à complexidade do mundo de hoje” (n. 27; cf. também o n. 129), fomentando o “estudo e a pes-

quisa teológica e pastoral frente aos desafios da nova realidade social, plural, diferenciada e globalizada, procurando novas respostas que deem sustentação à fé e à experiência do discipulado” (n. 137).

2. Lançando luzes sobre os desafios morais da formação presbiteral inicial

Uma autêntica ação formativa é bastante exigente. Deve ser capaz de

conjugar verdade e liberdade, para formar pessoas não apenas corretas e responsáveis, obedientes e rigorosas, mas felizes, que amam aquilo que fazem, que aprenderam o gosto de fazer as coisas por amor, pessoas sempre mais livres para escolher o que é verdadeiro, belo e bom, e de amar o que lhes dá verdade, beleza e bondade (ou seja, a identidade delas), e por isso mesmo veem e vivem sempre mais a sua vocação, e Deus mesmo e a relação com Ele, que é o máximo da liberdade (CENCI-NI, 2017, p. 32; 2015).

³ Cf. MENDONÇA; OLIVEIRA, 2011, p. 102-111.



Diante disso, vários profissionais competentes se dispuseram a abordar alguns temas bastante desafiadores para a formação hoje na obra *Formação: desafios morais*, de onde haurimos luzes e perspectivas, numa espécie de síntese dos seguintes temas: a) formação da identidade do presbítero; b) estilo profético de vida; c) confidencialidade e transparência; d) acompanhamento e discernimento espiritual; e) formação intelectual; f) ecumenismo e diálogo inter-religioso; g) integração da sexualidade; h) orientação afetivo-sexual e formação de subculturas heterossexuais e homossexuais; i) exposição nas redes sociais.⁴

a) A formação da identidade do presbítero

A compreensão e a construção da própria identidade não terminam nunca. Estamos sempre em formação, independentemente da idade ou do lugar que ocupamos no mundo.

Um formador que pensa que já não precisa ser formado se torna arrogante, autoritário, indiferente às questões positivas e negativas do outro; é sempre um desastre na vida dos que desejam seguir o caminho da vida presbiteral. Da mesma forma, um formando que só sabe obedecer, sem nenhuma reflexão crítica, será sempre dependente, medroso, irresponsável, pouco criativo; desejará ser sempre mimado, cuidado e usufruirá de todos os privilégios possíveis, na expectativa do sucesso pessoal, cercado-se de aduladores, fechando-se ao diálogo e não aceitando críticas.

⁴ Estas são a ordem dos autores e as respectivas páginas em que foram abordadas as questões elencadas: a) Dra. Maria Inês de Castro Millen, p. 33-48; b) Me. Humberto Robson de Carvalho, p. 11-32; c) Dr. Mário Marcelo Coelho, p. 49-79; d) Me. Sérgio Augusto Baldin Júnior, p. 81-96; e) Dr. Ronaldo Zacharias, p. 97-121 e 201-233; f) Dr. Marcial Maçaneiro, p. 123-149; g) Dr. Augusto de Matos, p. 151-171; h) Dr. Edênio Reis Valle, p. 173-199; i) Dr. José Antonio Trasferetti, p. 283-304.

Ser diácono

Dom Edson Oriolo



SER DIÁCONO

Dom Edson Oriolo

112 págs.

A obra tem o mérito de ser uma iniciativa que possibilita uma visão histórico-evolutiva da presença do diaconato na vida da Igreja. A partir da necessidade da função diaconal na comunidade eclesial primitiva, é resgatado o testemunho dos primeiros séculos, possibilitando ao leitor o conhecimento do rico momento de explicitação dessa função nesse período histórico. Em seguida, são oferecidos os elementos teológicos essenciais da atuação eclesial do diácono, buscando apresentar a dimensão sacramental do diaconato.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Nesse processo de formação da identidade, torna-se necessário proteger a própria integridade (estar inteiro), vivendo segundo a verdade sobre si mesmo e sobre os outros, não se deixando fragmentar, lutando contra as massificações, rejeitando as situações de corrupção, ainda que tenha de lidar com as fraturas e as perdas inerentes à própria condição de criatura, e tendo a coragem de pensar, a fim de atingir desta forma a maturidade intelectual, espiritual, social e afetiva.

b) Estilo profético de vida

Torna-se necessário que o processo formativo, em todas as suas etapas, proporcione aos vocacionados larga possibilidade de evangelizar a própria interioridade por meio de profundo contato com a Palavra de Deus, ajudando-os a trocar um estado de conforto por um espírito capaz de se compadecer das misérias humanas, especialmente dos mais pobres e vulneráveis, e construir assim um estilo de vida que testemunhe a opção feita pelo próprio Cristo, o qual se fez pobre para nos enriquecer (cf. 2Cor 8,9), numa busca constante e incansável de conhecimento e, sobretudo, de sabedoria. Se, por um lado, é preciso considerar a disciplina dos estudos, a qual favorece o aprofundamento da filosofia, da teologia e das demais ciências, por outro, é preciso deixar-se interpelar pela realidade concreta, pelos desafios que surgem a cada momento, sobretudo pela escuta atenta das pessoas.

A proposta formativa deve levar o formando a amar e valorizar sua própria origem e não assumir um estilo de vida distante dela. Fundamentalmente, deve proporcionar uma experiência de reconhecimento de sua história e, com isso, de suas mais significativas motivações para o seguimento de Jesus Cristo.

“A equipe de formadores precisa contar com formadores pedagogicamente qualificados”

Em suma, o processo formativo deve favorecer um estilo de vida próximo da realidade, sensível à problemática social, superando desta forma a tentação de viver no “mundo maravilhoso de Alice” e preparando presbíteros de comunhão e participação, discípulos-missionários, abertos e comprometidos com a causa dos pequenos e sofredores, capazes de responder aos desafios da sociedade atual, em meio à qual está e com a qual dialoga sem compactuar com suas mazelas e incoerências, em sintonia com a Igreja e seu magistério.

c) Confidencialidade e transparência

Em cada uma das etapas formativas, são muitas as situações a serem evitadas por não contribuírem para o amadurecimento, como: a infantilização do processo formativo; o favorecimento da cumplicidade reinante entre os pares, nem sempre positiva e retamente intencionada; a dupla moral; a banalização do sigilo e do respeito ao nome e à honra do outro. Atentos à confidencialidade, à responsabilidade e ao compromisso com a verdade, podemos superar um modelo formativo que infantiliza e assumir uma formação integradora que faculta ao formando o exercício da alteridade, o cuidado do outro, a abertura humilde e sincera e, especialmente, a relação amorosa com Deus.

d) Acompanhamento e discernimento espiritual

É sujeito de direção ou acompanhamento espiritual quem deseja viver autenticamente o seguimento de Jesus Cristo e reconhece que não pode caminhar sozinho. O reconhecimento da incapacidade de realizar, sozinho, todos os discernimentos necessários ao longo da vida faz que não só o cristão, em linhas gerais, mas



também os formandos encontrem na direção ou no acompanhamento espiritual sólido auxílio no processo de crescimento na autenticidade da vida cristã. Essa autenticidade não se traduz em mérito próprio, mas, cada vez mais intensamente, em abertura ao próprio Deus trino, princípio e fonte de toda coerência testemunhal dentro da comunidade de fé.

O que precisa ficar evidente é que, quando tratamos de vida e de discernimento espiritual, não podemos, como comunidades formadoras, pressupor que estas sejam capazes de realizar sozinhas uma tarefa e uma responsabilidade que são patrimônio de toda a comunidade eclesial. Real e significativa mudança na prática da direção e do acompanhamento espiritual nas casas de formação supõe radical mudança na compreensão desta modalidade na iniciação e na vida cristã como um todo, em todas as suas particularidades e desafios.

e) Formação intelectual

Na urgência de superar a “douta ignorância” no processo formativo, precisamos admitir que os estudos filosóficos e teológicos, dependendo de como são feitos, nem sempre chegam a formar a mente e o coração dos formandos a fim de facilitar o diálogo entre fé e razão e a integração entre cultura e fé. Há muitos formandos que têm seus “profetas” e “gurus” pessoais e, por isso, resistem às orientações dadas pelos formadores e professores. Muitas vezes, o distanciamento da formação intelectual da realidade concreta dos demais estudantes e do povo de Deus dificulta que se deixem interpelar: pela realidade, reconhecendo nela um lugar teológico privilegiado; pela Palavra de Deus, assumindo-a como alma de todos os estudos; pela tradição viva, projetando-se em direção ao futuro; pelo Magistério, como ponto de referência seguro no processo formativo.

Experiência de Deus e outros escritos de espiritualidade

Clodovis Boff



CLODOVIS BOFF

EXPERIÊNCIA DE DEUS
E OUTROS ESCRITOS
DE ESPIRITUALIDADE



192 págs.

Empresários, políticos, modelos, artistas e mesmo ateus: não há hoje quem não queira ser uma pessoa “espiritualizada”. Dentro do cristianismo, os movimentos mais dinâmicos são os que estão centrados na experiência espiritual: os pentecostais e os carismáticos. Mas o que é mesmo experiência espiritual? Quais são as armadilhas que se escondem atrás dela? Como crescer em espiritualidade? Questões difíceis, porém urgentes, a que o presente livro procura dar respostas claras, seguras e práticas.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Estudos feitos sem paixão pela vida, sem amor à Palavra de Deus, sem respeito à tradição e sem reverência à verdade não geram compromisso, adesão, auto-crítica e humildade, uma vez que a dimensão intelectual pressupõe honestidade intelectual e liberdade interior.

f) Ecumenismo e diálogo inter-religioso

A fim de qualificar ministros para a unidade dos cristãos, primeiramente, há que distinguir a diversidade religiosa (mais ampla e difusa) daquilo que compõe o cenário ecumênico (mais estrito e convergente). Muitos formandos carecem de informação e relações significativas com questões ecumênicas porque simplesmente confundem a *ecumene* com a diversidade religiosa em geral. Daí uma segunda ponderação: a *ecumene* é realidade teológica ancorada na Revelação, de um lado, e na escatologia, de outro. Desta perspectiva escatológica decorre uma terceira ponderação: infelizmente, por falta de escatologia – já que alguns currículos tratam bem do Juízo do Céu, mas esquecem o caráter escatológico da História temporal da Salvação –, muitas pessoas consideram a unidade dos cristãos como fato do passado, e não a consideram profecia que dimensiona o futuro. Alegam uma suposta “volta” ou “retorno” anacrônico a uma unidade historicamente situada em contextos hoje inexistentes, perdendo a perspectiva profética da unidade como graça destinada a sinalizar o caminho vindouro por onde deverão trilhar os cristãos, com vistas à plena comunhão.

Quem confunde unidade com uniformidade, quem define o ministério pelo *status* funcional, quem sobrepõe o devocional ao dogmático ou reduz a liturgia a uma ex-

pressão barroca dificilmente poderia ser admitido à ordem presbiteral, pois dificilmente teria condições de dedicar-se ao ministério da unidade dos cristãos, cujo empenho merece acurada formação histórica, teológica e espiritual, como requer a Santa Sé em documentos oficiais e normativos.

“A proposta formativa deve levar o formando a amar e valorizar sua própria origem e não assumir um estilo de vida distante dela”

g) Integração da sexualidade

Formar para relacionamentos de qualidade implica analisar a integração da sexualidade e sua relação com a realidade antropológica e com a ética teológica, compreendendo a experiência da sexualidade como uma dimensão da vida humana fundamental para a humanização, para uma existência de vida personalizada, socializada e plenificada.

A exigência antropológica de uma vida integrada se transforma numa exigência ética. Grande tarefa para a ética teológica, desde o desafio antropológico, é aprofundar o princípio básico ou unificador que favoreça um processo de integração realmente humanizador. Sendo assim, pode-se dizer que o princípio norteador ou unificador, humanizador e libertador da vida pessoal, interpessoal, comunitária e social é o amor. Trata-se de vida humana configurada, vivida a serviço do amor, experiência que arranca o ser humano da impotência de lidar com as situações de fracasso, solidão e crises existenciais, ajudando-o a ser mais humano e crescer em humanidade.

h) Orientação afetivo-sexual e formação de subculturas hétero e homossexuais

A orientação afetivo-sexual, assim como a sexualidade, é dimensão constitutiva da pessoa. Além de fazer parte da personali-



de, condiciona o modo de alguém ser e existir e, por isso, pode ser definida como condição antropológica. Ela se define com base no fato de o desejo de uma pessoa orientar-se, de forma predominante ou exclusiva, para outras do sexo oposto ou do mesmo sexo. Ninguém escolhe o objeto do próprio desejo, mas o descobre progressivamente, à medida que se desenvolve e amadurece afetiva e sexualmente. Em se tratando de descoberta, a orientação afetivo-sexual não entra no campo da liberdade da pessoa: ser ou não ser não está em questão. O que acaba dependendo da pessoa é como e com quem ela vai ou não realizar o próprio desejo. Sentir ou não atração escapa da possibilidade de escolha.

Diante disso, é preciso ter presente que uma formação “tamanho único” não funciona. Cada pessoa precisa de um acompanhamento diferenciado. Erram os formadores que abordam tais questões de forma genérica, sempre em público, por meio de indiretas ou piadas preconceituosas, pois prejudicam o processo e o discernimento. Apenas um confronto sério e honesto com tais questões, independentemente da continuidade ou não no processo formativo, ajudará a pessoa a discernir se tem condições de responder a esse chamado.

Num estilo de vida eminentemente ministerial, a capacidade de estabelecer relações de qualidade com pessoas de ambos os sexos é fundamental. Essa capacidade ajudaria na superação de subculturas baseadas na orientação sexual. Tais subculturas seriam prejudiciais tanto para os homossexuais – na medida em que se privariam de um círculo mais amplo de amizades e viveriam uma espécie de incoerência, pois, por um longo período, fizeram questão que a própria orientação afetivo-sexual não fosse critério de exclusão – como para os heterossexuais, que poderiam formar uma cultura excludente e homofóbica ou se sentir

Todos vós sois irmãos

Jesus, nosso irmão, e os
Religiosos Irmãos na Vida
Religiosa Consagrada

Fabiano Aguilár Satler



FABIANO AGUILAR SATLER

TODOS VÓS SOIS IRMÃOS

Jesus, nosso irmão, e os Religiosos Irmãos
na Vida Religiosa Consagrada



192 págs.

“Todos vós sois irmãos” (Mt 23,8). Eis a proposta daquele que se fez, pela sua encarnação, vida, morte e ressurreição, o “primogênito de muitos irmãos” (Rm 8,29). Os irmãos leigos ou religiosos irmãos carregam explicitamente em seu nome esse projeto evangélico de fraternidade dentro da Vida Religiosa Consagrada e na Igreja. Nesta obra, busca-se trazer a lume elementos cristológicos sobre a fraternidade e a vocação dos religiosos irmãos e, simultaneamente, iluminar essa forma particular de consagração na Igreja, historicamente marginalizada há séculos.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 3789-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



deslocados no ambiente formativo. A tendência seletiva, discriminatória e excludente em relação às pessoas contradiz a essência da vocação consagrada e ministerial, sejam as pessoas hétero ou homossexuais.

i) Exposição nas redes sociais

Os candidatos à vida presbiteral estão cada vez mais conectados. O mau uso das redes sociais ou o uso sem a necessária criticidade podem trazer muitas consequências danosas. A grande questão é discernir o correto uso pessoal e evangelizador das redes sociais. O sentido do que se compartilha reduz-se a visões fragmentadas de fatos da vida, retratada de forma superficial? Reduz-se à preocupação com as exterioridades? À afirmação da própria identidade? À dependência da visibilidade e aprovação do outro para se sentir bem? Ao exibicionismo? À demonstração de poder e vaidade? Ao vislumbre de carreirismo?

Os formadores possuem a grande tarefa de, por meio de uma educação moral cen-

trada na racionalidade crítica e no profetismo evangélico, contribuir para a formação dos futuros religiosos e presbíteros. A nossa presença nas redes sociais não poderá ser medíocre, fútil e vazia de significado. Basta de perfumarias! É preciso formar para o rigor da consciência, que gera comportamentos cada vez mais proféticos.

Conclusão: o desafio da recepção

Como se pode perceber, a formação moral dos presbíteros e religiosos é um desafio urgente, complexo e abrangente. Tal desafio vai exigir dos formadores, além da leitura dos textos, a atitude de acolher as atuais *Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil* não como aplicação mecânica de uma orientação, mas como um processo de construção conforme cada realidade – iluminada pelas oportunas indicações do livro *Formação: desafios morais* –, tendo em vista a unidade, a coerência e a gradualidade no e do processo formativo. ●

Referências bibliográficas

- AMADO, J. P. Cuidar de si para cuidar dos outros! O presbítero dez anos depois da Conferência de Aparecida. In: FONTES, D. A; MORAIS, J. G. de; FERREIRA, N. S. (Org.). *A formação sacerdotal hoje*. Rio Bonito: Benedictus, 2018.
- CENCINI, A. *O modelo da integração e relação entre formação inicial e permanente*: curso para formadores. Curitiba: [s.n.], 2017. Fotocopiado.
- _____. *A árvore da vida*: proposta de modelo de formação inicial e permanente. São Paulo: Paulinas, 2015.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil*. Brasília, DF, 2019. No prelo.
- CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *O dom da vocação presbiteral*: Ratio Fundamental Institutionis Sacerdotalis. Brasília, DF: CNBB, 2017.
- MENDONÇA, C. B. A.; OLIVEIRA, J. L. M. de. *Antropologia da formação inicial do presbítero*. São Paulo: Loyola, 2011.
- TRASFERETTI, J. A.; MILLEN, M. I. C.; ZACHARIAS, R. (Org.). *Formação: desafios morais*. São Paulo: Paulus, 2018.

A caridade pastoral e seu diálogo com a razão: algumas reflexões sobre a dimensão intelectual na formação dos presbíteros

*Joel Portella Amado



O artigo discorre sobre a dimensão intelectual na formação dos presbíteros numa perspectiva de integralidade da pessoa, considerando que todo cabedal formativo deve estar a serviço da caridade pastoral, como sinal visível da efetiva configuração a Cristo.

*Dom Joel Portella Amado é doutor em Teologia pela PUC-Rio, professor de Antropologia Teológica na mesma universidade e bispo auxiliar do Rio de Janeiro. E-mail: joelamado@puc-rio.br

Introdução

A formação intelectual dos futuros e atuais presbíteros tem recebido, principalmente a partir das indicações tridentinas, especial atenção. Os seminários têm se empenhado em possibilitar aos futuros presbíteros preparo adequado para, após a ordenação, serem capazes de se lançar no serviço pastoral. Essa preocupação não desapareceu em nossos dias. Ao contrário, torna-se realidade ainda mais necessária e urgente. Refletir sobre ela implica compreender o que significa, neste período histórico em que nos situamos, discernir suas peculiaridades, identificar os desafios e elencar pistas para o caminhar formador dos presbíteros.



1. A identidade da formação intelectual

A nova *Ratio* insere toda a formação presbiteral e, nela, a dimensão intelectual no processo de configuração a Jesus Cristo (RF 3, 35-40), o qual é apresentado como “sinal visível do amor misericordioso do Pai” (RF 35), identidade que se concretiza no incansável cuidado das ovelhas. Este cuidado implica buscar, reunir, resgatar, proteger (RF 37, 69, 89). Trata-se de identificação que, necessariamente, faz do presbítero um missionário (RF 36, 44) que, à semelhança do Mestre, é incansável na interlocução com pessoas e mentalidades.

Desta identidade presbiteral geral decorre a identidade da dimensão intelectual. O Cristo Senhor anunciou o Reino de Deus por meio de gestos e palavras. Interpretou a mentalidade de seu tempo, dialogou com as diversas compreensões então existentes, buscou exemplos inteligíveis aos seus interlocutores, conheceu os textos sagrados de seu povo, aplicando-os para ler a realidade e explicar os mistérios do Pai. Falou de modo simples e acessível (cf. Mt 6,26-34) aprofundando seus ensinamentos junto aos discípulos, quando necessário (cf. Mc 4,33-34; Jo 6,30-60). Anunciou, portanto, o Reino de Deus também pela via racional, perpassando os caminhos da inteligência e da capacidade de compreensão.

Deste modo, podemos falar de *configuração integral* a Cristo, cujas implicações abrangem todas as dimensões da formação e “compõem e estruturam a identidade do seminarista e do presbítero, tornando-o capaz de realizar o dom de si para a Igreja, que é o conteúdo da caridade pastoral” (RF 3). Numa perspectiva integral da pessoa, em que fé e razão não se excluem, mas, ao

contrário, complementam-se, os presbíteros são vocacionados a dar o melhor de si, a fim de “anunciar, de modo credível e compreensível aos homens de hoje, a mensagem evangélica” (RF 116). A identidade da formação intelectual se insere na caridade pastoral, como sinal visível da efetiva configuração a Cristo Senhor (cf. PDV 21-23). É por isso que a nova *Ratio* insiste tanto

no fato de que “a formação intelectual [...] está a serviço do ministério pastoral e incide também sobre a formação humana e espiritual” (RF 117).

2. A dimensão intelectual em nossos dias

É certo que o presbítero vive em função de Cristo Jesus, no serviço evangelizador da Igreja. No entanto, é igualmente certo que a concretização desta identidade varia no tempo e no espaço. Não fosse assim, a nova *Ratio* não insistiria tanto na necessidade

de o presbítero “estabelecer um diálogo profícuo com o mundo contemporâneo” (RF 116), um mundo que experimenta transformações estruturais (AMADO, 2018, p. 107), as quais, por sua vez, exigem mudanças no processo formador dos futuros e dos atuais presbíteros.

Vivemos um tempo de mudanças diametrais. Passamos de uma concepção estática da vida para uma perspectiva de altíssima mobilidade e volatilidade. Passamos de um período histórico de certezas consolidadas para um tempo no qual as identidades, também a dos presbíteros, se veem diretamente atingidas. Nos tempos de certezas, a plausibilidade do que o presbítero diz e faz encontra-se alicerçada na tradição e na instituição. As pessoas tendem a crer, porque sempre se fez assim (tradição) e porque o presbítero faz parte de uma insti-

“Vivemos um tempo de mudanças diametrais. Passamos de uma concepção estática da vida para uma perspectiva de altíssima mobilidade e volatilidade”

tuição sólida. Nos tempos de mobilidade e volatilidade, o presbítero se vê individualizado e desafiado a interagir muito mais com questionamentos do que com acolhimentos. Sua palavra necessita, continuamente, do convencimento. Nesta tarefa, compreende-se a importância da dimensão intelectual, como parte irrenunciável da missão do presbítero.

Os presbíteros sempre se viram diante da necessidade de pregar, expor, apresentar e ajudar a compreender o evangelho. A novidade está em que as categorias culturais até então utilizadas para isso já não possuem fôlego suficiente para se fazerem entender. Uma explicação teológica pode ser rigorosamente correta, sem que, entretanto, consiga chegar ao coração e à vida das pessoas, soando muito mais como uma espécie de equação matemática, cujas lógicas internas, embora perfeitas, independem de como os interlocutores estejam no momento em que tomam contato com elas. Não se trata, portanto, de alterar o conteúdo do evangelho, mas perceber que sua transmissão necessita de instrumentos diferentes daqueles utilizados durante séculos.

Daí a importância de encontrar caminhos sólidos para a formação dos presbíteros, também no que diz respeito à dimensão intelectual. O presbítero, insiste a nova *Ratio*, necessita estar preparado para, a todo momento, ser capaz de explicar, de modo razoável e inteligível, as razões de sua fé e, a partir daí, os motivos pelos quais é necessário seguir determinado caminho ético (cf. RF 116). Ao fazê-lo, já não basta expor a lógica interna de um raciocínio filosófico ou teológico nem apresentar o argumento de autoridade da Escritura, da tradição ou da instituição. Em nossos dias, é indispensável que a mensagem seja traduzida em categorias que, mantendo-se fiéis ao conteúdo cristão, sejam igualmente aptas a falar à vida dos interlocutores.

3. Relativismos, fundamentalismos e crises existenciais

Esse descompasso entre o conteúdo assimilado e as possibilidades de sua transmissão e captação pode estar na raiz de muitos problemas de esgotamento, crise e desistência de presbíteros. Não são, por certo, os únicos motivos, mas convém que se analise com atenção se a formação intelectual está provendo instrumentos adequados para uma ação evangelizadora em tempos de incertezas, de escolhas individuais, passionais e imediatistas. Períodos históricos como o atual possibilitam duas atitudes extremas: o relativismo e o fundamentalismo. Ambas misturam dois aspectos que precisam ser distinguidos, exatamente, pela dimensão intelectual: o conteúdo de fé e sua expressão histórico-cultural. Se, por um lado, não se transmite o conteúdo sem a expressão, por outro, não se pode nem lesar o conteúdo, em favor de novas formas de transmissão, nem identificar, sem mais, as formas históricas de transmissão com o conteúdo, numa tentativa infrutífera de impingir os dois.

Não se nega que o atual momento da história do mundo apresenta aos presbíteros questões de natureza humana, espiritual e pastoral. Afirma-se que também a dimensão intelectual adquiriu caráter de urgência. Num tempo em que as certezas e verdades sofrem de flacidez, o risco de negar essa dimensão é grande, caindo numa espécie de fideísmo imediatista, ainda que sob as melhores intenções evangelizadoras. Assim como é necessário olhar para a pessoa do presbítero, alicerçar sua espiritualidade e discernir caminhos pastorais, também é necessário que a dimensão intelectual acompanhe *pari passu* esse processo. Sem um substrato racional adequado, o enfrentamento de tempos como os atuais corre vários riscos. Poderá, por exemplo, suscitar ações pastorais e caminhos de espiritualidade que não sobrevivem quando passam pela dimensão intelectual, racional.



Estudar torna-se, desse modo, uma questão de sobrevivência para todas as pessoas, especialmente para os presbíteros. Estes desempenham um papel central, mesmo na atual sociedade secularizada. Embora a secularização tenda a privatizar a experiência religiosa, não retira dos líderes religiosos o papel de referência sociocultural. As pessoas continuam a esperar desses líderes uma ajuda eficaz para suas angústias. Se, por exemplo, um ministro religioso não for capaz de responder a questões referentes aos impasses existenciais ou somente reiterar respostas com base em formulações de outros momentos históricos, ele não apenas desapontará quem o consulta, como também removerá de sua confissão religiosa uma parcela da insciência sociocultural. A condição de inutilidade existencial passará do ministro para a confissão.

Significativo exemplo de como a dimensão intelectual deve ser desenvolvida nos futuros presbíteros e reforçada nos atuais foi-nos apresentado pelo papa Francisco, em sua exortação apostólica *Gaudete et Exsultate*, precedida pela carta *Placuit Deo*, da Congregação para a Doutrina da Fé. Estes documentos apresentam um modo simples de compreender a dimensão intelectual, quando abordam duas questões teológicas surgidas nos primeiros séculos: o pelagianismo e o gnosticismo. Nos dois documentos, percebemos que, para além de uma explicação histórica, busca-se entender os mecanismos teológicos e suas incidências na vida de pessoas e sociedades (conteúdo). O capítulo 2 da *Gaudete et Exsultate* consiste no esforço de traduzir, para os dias de hoje (formulações), estes conteúdos: a idolatria de si mesmo e o descarte dos outros. Em sua pregação e na fundamentação de suas atitudes pessoais e pastorais, o presbítero não poderá descartar o que estudou nos bancos seminarísticos, conside-

rando tratar-se apenas de informação a ser replicada na avaliação acadêmica. Ao contrário, precisará o tempo todo se interrogar sobre o sentido existencial e missionário do que está estudando. Em termos de neopelagianismo e neognosticismo, haverá de indagar como fazer para interpelar a autossuficiência e o descompromisso de seus interlocutores. Deverá indagar (dimensão humana) se ele

mesmo não acabou caindo nas armadilhas dessas duas heresias milenares (cf. GE 36-46; 57-59), tornando-se, existencial e pastoralmente, egocentrado e distante das reais causas das angústias de suas ovelhas.

“Estudar torna-se uma questão de sobrevivência para todas as pessoas, especialmente para os presbíteros”

4. Onde então estudar?

O fato de os seminaristas estudarem em uma instituição que não seja o próprio seminário, com corpo docente habilitado nas disciplinas e também no objetivo de formar pastores, apresenta valores e riscos. Dentre os valores, destaca-se a proximidade com o pensamento plural e a consequente necessidade de exercitar o diálogo, tanto na escuta quanto na apresentação das razões de existir e crer. Dentre os riscos do estudo em uma instituição que não o próprio seminário, encontra-se a possibilidade de um ensino não tão tranquilo das bases filosóficas e teológicas, atribuindo a *quaestiones disputatae* a condição de doutrina pacífica. É por isso que a *Pastores Dabo Vobis* insiste na cuidadosa distinção “entre a doutrina comum da Igreja e as opiniões dos teólogos ou as tendências que depressa passam” (PDV 55).

O fato é que a formação voltada para o pastoreio apresenta características peculiares que exigem, se não um curso especificamente *seminarístico*, pelo menos a mescla, com estudos nos dois ambientes. Não se trata de blindagem intelectual, mas do reconhecimento de que o objetivo final condiciona o itinerário percorrido. A formação de pastores indica o

modo como se vai estudar a filosofia, a teologia e as demais ciências. A finalidade, conforme indica a *Ratio*, é o ministério pastoral. Por certo, o presbítero não pode ser confinado ao papel de repetidor de formulações filosóficas e teológicas. Ele necessita, como exigência da sua missão pastoral de dialogar, estar bem preparado para enfrentar as *quaestiones disputatae*. Estas, porém, devem ser apresentadas exatamente como disputadas.

5. Um serviço indispensável

Por tudo isso, reconfigura-se o papel do prefeito de estudos. A nova *Ratio* o menciona, no conjunto da comunidade de formadores, como um coordenador “para as diferentes dimensões formativas” (RF 134), na verdade, um verdadeiro “coordenador da dimensão intelectual” (RF 137). Entre suas tarefas, encontra-se a programação de um plano global de estudos para os formandos, o apoio aos professores, quando os cursos são realizados no próprio seminário, o acompanhamento, quando realizados em instituição que não o seminário, e a responsabilidade por um plano formativo complementar (cf. RF 137). Junto com tudo isso, nosso tempo pede acompanhamento individualizado de cada formando, característica assumida oficialmente pela nova *Ratio* (cf. RF 44-49). Consequentemente, o coordenador da dimensão intelectual deve exercer sua função – também e com destaque – no atendimento individualizado dos formandos, esclarecendo-lhes as dúvidas, ajudando-os, principalmente, na formação de sínteses entre as disciplinas estudadas e destas, pelo menos com a dimensão pastoral, ainda que existam outros formadores habilitados para o trabalho com as demais dimensões.

Como se vê, a figura do coordenador da dimensão intelectual adquire atualmente uma força que, em outros momentos históricos, não possuía ou não era percebida. Como a própria *Ratio* não fecha questão

Novos ventos nos conventos

Desvelando os meandros da Vida Religiosa Consagrada em vista da sua renovação

José Carlos Pereira



JOSÉ CARLOS PEREIRA

NOVOS VENTOS NOS CONVENTOS

Desvelando os meandros da Vida Religiosa Consagrada em vista da sua renovação



200 págs.

A obra trata de temas pertinentes à Vida Religiosa Consagrada, com ênfase no seu cotidiano. Há um significativo número de pessoas que desistem da Vida Religiosa Consagrada por motivos de convivência, isto é, por não terem sido trabalhados requisitos essenciais para a consagração num Instituto, como o respeito à individualidade, a partilha, o exercício do poder, o serviço ao próximo etc. Esses e outros assuntos você encontra neste livro, que propõe rever a Vida Religiosa Consagrada, abrindo janelas para que entrem novos ventos que ajudem a reestruturá-la e renová-la.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 3789-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



quanto ao local de estudos, deixando em aberto ser no próprio seminário ou em alguma universidade ou faculdade (cf. RF 137), a questão das sínteses pessoais, em vista da caridade pastoral, independe de onde se estude. Ela, na verdade, alavanca o papel do prefeito de estudos, tenha esse nome ou outro, exigindo, no lidar com os formandos, maior personalização, bom preparo acadêmico e presença ativa na vida da comunidade formadora. Esta realidade se aplica também à formação a distância, atrativa para grupos que não possuem fácil acesso a instituições de ensino nem têm condições de receber professores em determinados períodos. Aplica-se, igualmente, à formação por blocos, em que os alunos começam estudando matérias de segundo ou terceiro períodos. Nestes casos, a figura do coordenador ou orientador de estudos é, igualmente, indispensável para superar as fragmentações.

6. O desafio da formação virtualizada

O animador ou coordenador da dimensão intelectual ajudará no enfrentamento de um crescente desafio, fruto do descompasso entre propostas acadêmicas originárias de outro momento histórico e sociocultural e a mentalidade dos jovens de nossos dias. Não se nega a importância da apresentação de conteúdos e o papel iluminador dos docentes. Ocorre que, numa época em que o uso das redes sociais e demais mecanismos virtuais de busca é grande, a relação entre professor e aluno já não é a mesma de gerações anteriores. Informações obtidas na internet acabam por receber maior credibilidade que afirmações de um professor em sala de aula. Este quadro se agrava quando o professor, por um lado, destaca questões disputadas e, por outro, vídeos na internet apresentam formulações históricas como se fossem con-

teúdos dogmáticos. Diante de um impasse, às vezes, tão grande, os alunos necessitam escolher e, em geral, ficam com o que é dito nas redes sociais, nos sites de busca e canais da internet.

O professor em sala padece de duas limitações. De um lado, queira ou não, é a presença institucional, característica que se encontra em baixa nos dias atuais. De outro, necessita

“O presbítero não pode ser confinado ao papel de repetidor de formulações filosóficas e teológicas”

desenvolver, ainda mais que em tempos passados, sua capacidade de comunicar os conteúdos. Afinal, vivemos num tempo em que as formas de comunicação tendem a valer mais do que os conteúdos apresentados. É por isso que deparamos com a atitude de seminaristas que, cumprindo os deveres institucionais de estudo, deixam-se, porém, guiar nas di-

versas dimensões por fontes obtidas na internet (ZACHARIAS, 2018, p. 98-99). A superação deste impasse não vai ser feita por alguém responsável pela disciplina, até porque o impasse não é questão de disciplina, mas de pedagogia. Num mundo fragmentado, também o ensino, o ensinante e o aprendiz podem experimentar a fragmentação, cabendo, pois, ao coordenador da dimensão intelectual ouvir, interpretar e ajudar, no discernimento e na formação da consciência.

7. Ordenação não é formatura

Se, por um lado, a dimensão intelectual é fundamental na formação dos presbíteros, por outro, no caso dos que se preparam para a ordenação, esta não pode, na prática, ser o critério determinante. Sabemos do empenho dos formadores para que, ao apresentar candidatos à ordenação, todas as dimensões possam estar equitativamente articuladas. No entanto, sabemos também ser costume observar o tempo de seminário como um tempo de escola, no sentido de que, percorrida a grade de maté-



rias, o passo lógico seja a ordenação. A nova *Ratio* recorda que este passo não é automático (cf. RF 118) e que, conquanto tenham sido cumpridos os requisitos acadêmicos, até mesmo com avaliação intelectualmente elevada, exigem-se, para o presbítero, também as dimensões humana, espiritual e pastoral. O percorrer da grade de disciplinas escolares dá direito ao bacharelato, não gera o direito à ordenação.

8. A importância da formação permanente

Esta reflexão não se aplica apenas aos futuros sacerdotes. A nova *Ratio* insiste na formação como atitude permanente dos presbíteros (cf. RF 56), atitude que decorre da realidade experimentada no dia a dia, mas também das demais dimensões, entre as quais a pastoral e a espiritual. Do dia a dia vem, com força cada vez maior, a certeza de que não é suficiente atingir bom nível de preparação inicial. É necessário manter esse nível e aperfeiçoá-lo continuamente. Profissional algum pode se satisfazer apenas com o que aprendeu no curso que o habilitou ao serviço.

O mesmo sucede com o presbítero. As atuais mudanças não acontecem apenas no âmbito científico e tecnológico. Ocorrem também, e com grande vigor, na interpretação da realidade, nas relações humanas e no sentido da existência. A cada momento, surgem questões que desafiam as compreensões até então obtidas. Úteis em outros tempos, algumas explicações se mostram ineficazes diante de problemas novos.

Não nos esqueçamos de que, em lugar de isentar o presbítero da função orientadora, as atuais mudanças potencializam essa função. Busca-se, cada vez mais, a figura do pai ou da mãe espiritual. Fortalece-se a imagem do *life coaching* e de tantas outras formas de ajuda, para fazer sínteses existenciais, especialmente quando as existentes se mostram ineficazes. O ser humano não foi

criado para a autossuficiência, mas para a interação. As mudanças de nosso tempo não aboliram esta condição antropológica, porque contexto histórico algum tem a força de alterar um dado existencial como esse. As transformações atuais deslocaram o lugar onde se pode encontrar esse apoio externo. Já não é tanto na dimensão institucional, mas no indivíduo, seja ele de que instituição for. Importa às pessoas de nosso tempo que a ajuda venha. Se houver identificação entre o indivíduo e a instituição, melhor será. Se não houver, problema algum será criado e o indivíduo será ouvido como tal.

Esse deslocamento da instituição para o indivíduo atinge o presbítero no exercício de sua missão e, por consequência, impõe-lhe atualização contínua. Em outros momentos históricos, a instituição fornecia à pessoa a necessária credibilidade. O conselho, a orientação e a ajuda poderiam não ser satisfatórios, mas sabia-se estar no caminho certo, em virtude da instituição à qual o ministro religioso pertencia. Atualmente, em virtude da inversão, a credibilidade da ação dos ministros religiosos descolou-se da instituição para o indivíduo, de tal modo que este mesmo ministro recebe sobre as costas uma responsabilidade muito maior do que em outras épocas. O que antes era dividido com a instituição, a qual, em alguns casos, ficava com a maior parte do peso, agora é quase que integralmente colocado sobre os ombros do ministro religioso. Por isso, é importante que o presbítero continuamente se atualize. Se não o fizer, estará se lesando, também humana, espiritual e pastoralmente. O risco do descompasso entre a formação intelectual recebida e os impasses oriundos da pastoral pode ser grande demais, gerando, desse modo, crises, algumas vezes irreversíveis.

É por isso que as dioceses e congregações religiosas têm mantido o hábito de reunir seus membros para encontros, com assessoria especializada em assunto candente.



Algumas chegam a determinar um tempo específico após o qual o presbítero é chamado a se distanciar do cotidiano pastoral para um período de revigoramento pessoal, espiritual, pastoral e intelectual. Cresce o papel da pastoral presbiteral como responsável, também, pela formação intelectual dos presbíteros.

Em tudo isso, é importante que o próprio presbítero tenha como objetivo o contínuo aprofundamento intelectual. Alguns têm buscado retornar aos bancos escolares, seja para a pós-graduação em Filosofia ou Teologia, seja para a graduação em outras ciências. Por certo, nem todos os presbíteros possuem aptidão para os bancos escolares. Entretanto, todos precisam ler, todos podem se reunir, aproveitando os pequenos grupos, como as turmas de ordenação ou de afinidade com uma escola espiritual.

Em tudo isso, a mencionada figura do diretor de estudos se realça ainda mais. Assim como vários presbíteros, tendo sido influenciados por um bom diretor espiritual nos tempos do seminário, permanecem com o mesmo após a ordenação, idêntica atitude pode ocorrer no campo intelectual, com encontros individuais ou em grupo, nos quais aquele orientador dos tempos seminarísticos permanece exercendo o seu serviço.

A título de conclusão

A dimensão intelectual, embora possa deixar a impressão de ser um assunto tranquilo e bem estabelecido, apresenta peculiaridades e desafios próprios. Numa pers-

pectiva de ser humano integral, a racionalidade necessita ser considerada e integrada no conjunto das demais dimensões. A nova *Ratio Fundamental* foi promulgada num tempo de fragmentações, verificadas também nas dimensões que compõem a pessoa. Nosso tempo propicia crise de identidade em todos os âmbitos da existência, atingindo os presbíteros e, neles, as várias dimensões, entre as quais a intelectual. Isso, porém, não significa que se possa abandonar a reflexão, pois “a fé e a razão constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade” (RF 1).

Os desafios são muitos. Decorrem dos próprios formandos, oriundos de uma realidade para a qual os sistemas formativos nem sempre estão preparados. Decorrem também de sistemas pedagógicos ainda em vigor, embora tenham sido gestados em outros contextos socioculturais. Surgem, em terceiro lugar, do próprio exercício da atividade intelectual, atingida pelas marcas de nosso tempo, fragmentador e receoso de sínteses e identidades.

Em meio a tudo isso, a nova *Ratio* aponta pistas, dentre as quais a perspectiva integral é a mais destacável. Aprender a articular, no dia a dia, as dimensões humana, espiritual, pastoral e intelectual é um desafio a ser vencido a cada instante, no nível pessoal e no institucional, tanto pelos que se preparam para o sacerdócio quanto pelos que são interpelados a cuidar de sua formação permanente. ●

Referências bibliográficas

- AMADO, Joel P. Cuidar de si para cuidar dos outros. O presbítero dez anos depois da Conferência de Aparecida. In: FONTES, D.; MORAIS, J. G.; FERREIRA, N. S. (Org.). *A formação sacerdotal hoje*. Rio Bonito: Benedictus, 2018. p. 103-114.
- ZACHARIAS, R. Formação intelectual. A urgência de superar a douda ignorância. In: TRASFERETTI, J. A.; MILLEN, M. I. C.; ZACHARIAS, R. *Formação: desafios morais*. São Paulo: Paulus, 2018. p. 97-121.

PADRE: um perito em humanidade

Douglas Alves Fontes*

Não é novidade reconhecer que, debaixo da batina e dos paramentos litúrgicos, está um homem concreto, como qualquer outro. Nosso artigo visa abordar a dimensão humana da formação sacerdotal com base na Ratio Fundamentalís, documento normativo da formação sacerdotal na Igreja, apresentando sua incidência na atualização das diretrizes nacionais da formação presbiteral.



*Douglas Alves Fontes é doutorando em Teologia pela PUC-Rio e padre da Arquidiocese de Niterói – RJ, onde exerce a função de reitor do Seminário São José e de professor do Instituto de Filosofia e Teologia do mesmo seminário. É presidente da Organização dos Seminários e Institutos do Brasil (Osib) – Leste 1. E-mail: douglasfontes@yahoo.com.br

Palavras introdutórias

Falar da humanidade do padre parece estar na moda! Se existe algo consolidado e passível de questionamento na fé católica, esse algo se chama “o padre”. Um homem como qualquer ser humano que, contudo, tem a capacidade de estabelecer um elo entre as coisas humanas e as coisas divinas. Nas palavras da carta aos Hebreus, um verdadeiro pontífice, alguém que une as pessoas a Deus.

Quando a carta aos Hebreus descreve o sacerdócio de Cristo, aponta para o nosso:

“De fato, não temos um sumo sacerdote incapaz de se compadecer de nossas fraquezas, pois ele mesmo foi provado em tudo, à nossa semelhança, sem todavia pecar” (Hb 4,15). Como Cristo, cada sacerdote não foi privado de sua humanidade, com tudo que lhe é próprio. Diferentemente de Cristo, cada sacerdote não só se compadece da humanidade, por ser parte dela, como também faz a experiência dos seus limites e das suas escolhas equivocadas, quando opta pelo pecado.



Pensar a humanidade daquele que exerce o ministério sagrado deve nos remeter ao que chamamos, na formação sacerdotal inicial ou permanente, de dimensão humano-afetiva. Quando a *Pastores Dabo Vobis* fala da formação para o sacerdócio, ela o faz descrevendo tal processo em quatro dimensões: humana, espiritual, intelectual e pastoral. Contudo, não é à toa que essa exortação apostólica de São João Paulo II nos lembra que a formação humana é o fundamento de toda formação (cf. PDV 43). Sem a formação humana, a formação sacerdotal estaria privada de seu fundamento, de seu alicerce básico.

Com isso, propomo-nos apresentar a dimensão humana da formação sacerdotal, com ênfase na dimensão comunitária. Nossa bússola será o novo texto normativo sobre a formação sacerdotal (*Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*), publicado no dia 8/12/2016 com o título *O dom da vocação presbiteral*. Este documento, preparado pela Congregação para o Clero, atual responsável pela formação sacerdotal, e publicado pelo papa Francisco, tornou-se o texto mais atual e oficial para falar da formação dos futuros padres na Igreja.

Contemplando as palavras de Paulo em Fl 2,5: “Haja entre vós o mesmo sentir e pensar que no Cristo Jesus”, que são sempre a base para falar em formação humana dos sacerdotes, veremos como a *Ratio* apresenta a formação sacerdotal em quatro pilares. Como consequência desses pilares, veremos a necessidade de uma integração das dimensões formativas e, em seguida, a dimensão humana propriamente dita. Resgatando o Documento 93 da CNBB, *Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil*, atualizado na assembleia dos bispos

de 2018, destacaremos a dimensão comunitária. Concluiremos com algumas luzes, que nos encham de esperança e nos impulsionam nessa seara tão desafiadora e especial que é a formação humana dos futuros e atuais presbíteros.

1. Quatro características do processo formativo

“Pensar a humanidade daquele que exerce o ministério sagrado deve nos remeter ao que chamamos, na formação sacerdotal inicial ou permanente, de dimensão humano-afetiva”

A nova *Ratio Fundamentalis*, ao longo da Introdução, deixa claro que todo percurso formativo precisa ter quatro características: ser único, integral, comunitário e missionário. Percebe-se que o texto quer marcar seu desenvolvimento com aquelas que acompanharam a formação sacerdotal, tanto a inicial como a permanente. As características mencionadas pelo documento dão a tônica de todo seu conteúdo, de tal forma que a formação sacerdotal seja vista de maneira sistemática e, ao mesmo tempo, renovada.

A formação dos futuros sacerdotes no seminário é a continuação do único caminho discipular realizado nas comunidades cristãs com vistas à iniciação cristã. É um caminho de discipulado, que começou com a recepção do sacramento do batismo e foi se desenvolvendo ao longo da vida. Ao ingressar no seminário, o jovem inaugura nova etapa de vida, buscando corresponder ao chamado de Deus e viver seu seguimento da pessoa de Jesus.

Nessa dinâmica de formação, marcada pela unicidade, busca-se superar a ideia de um processo formativo fragmentado, ou com esquemas preconcebidos, e segui-lo, deixando-o iluminar cada etapa da vida do seminarista e, depois, a do sacerdote. Assim, a formação pode ser progressiva e sempre continuada, de tal forma que o essencial



da vida do sacerdote, em cada etapa da sua existência, seja mantido e renovado.

Acompanhando a proposta renovadora da *Pastores Dabo Vobis*, a *Ratio* recorda a necessidade de uma formação marcada por uma visão integral do ser humano chamado ao sacerdócio. Por isso, será sempre necessária uma abordagem formativa que seja integrativa, capaz de superar separações estanques, que impedem um processo formativo mais profundo.

Da mesma maneira, a formação integral evitará um desequilíbrio entre as quatro dimensões da formação. Este desafio tem sido superado na dinâmica da formação inicial, mas nem sempre na proposta da formação permanente.

Ao desenvolver o capítulo IV, a *Ratio* apresenta os agentes da formação, destacando todos os nela envolvidos antes, durante e depois do seminário. Toda a Igreja tem sua parcela de responsabilidade na formação sacerdotal, que não é obra de uma pessoa ou de um grupo apenas, mas de todo o corpo eclesial, com seus diversos membros. Assim, fica clara a dimensão comunitária do percurso formativo.

Todo esse processo tem um caráter eminentemente comunitário. É claro que o chamado é pessoal e individual, mas sempre se dá no seio de uma comunidade, e o destino desse chamado será sempre uma nova comunidade. A carta aos Hebreus já acenava para essa realidade: “De fato, todo sumo sacerdote é tomado do meio do povo e representa o povo nas suas relações com Deus, para oferecer dons e sacrifícios pelos pecados” (Hb 5,1).

Com isso, espera-se que tanto a comunidade do seminário como a do presbitério se estruturam como uma comunidade formativa, empenhada no crescimento de todo aquele que foi chamado por Deus. A nova *Ratio*, já na Introdução, sublinha que a eficácia do processo formativo acontecerá quando, no exercício das funções, como

Psicologia e maturidade na vida consagrada

Eugenio Fizzotti



EUGENIO FIZZOTTI

PSICOLOGIA E MATURIDADE
NA VIDA CONSAGRADA



PAULUS

136 págs.

As pessoas consagradas estão dispostas a viver a vida inteira que lhes é concedida, não se limitando simplesmente a somar os anos, mas a preenchê-los de sentido. Foi o próprio Viktor Frankl quem recordou que “a vida não é algo, mas é simplesmente a ocasião para algo”. Eis por que é preciso estar plenamente consciente de que a presença e a realização do sentido na vida consagrada serão geradoras de felicidade.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 3789-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



formadores do seminário, os padres e os demais membros consolidarem verdadeira comunidade formativa.

Por último, toda formação sacerdotal precisa ser claramente missionária. Ela tem a marca da missão, porque tem como meta a participação na única missão confiada por Cristo à Igreja. A obra formativa terá a marca do Espírito, que impulsiona a missão eclesial.

O seminário precisa formar um discípulo-missionário enamorado do Mestre, capaz de permanecer intimamente unido a ele, para que assim possa realizar um pastoreio significativamente paterno. O pastor viverá no meio de suas ovelhas para servi-las e conduzi-las à misericórdia de Deus. Da mesma forma, o sacerdote precisa crescer na disponibilidade para o serviço do evangelho, vivendo o celibato pelo Reino e pronto a viver a caridade. Por fim, espera-se do futuro sacerdote e dos que já o são a capacidade de realizar o “dom de si mesmo” por amor à Igreja.

Assim, cada seminarista e cada sacerdote precisam sentir-se sempre discípulos a caminho, necessitados de uma formação integral, que busca verdadeira configuração a Cristo, nosso único e eterno sacerdote.

2. A integração das dimensões

O capítulo V do documento é intitulado: “Dimensões da formação”. Ao resgatar a *Pastores Dabo Vobis*, que oferece a estrutura básica da formação com as quatro dimensões, a *Ratio* enfatiza que tais dimensões interagem, simultaneamente, no processo formativo do seminário e na própria vida sacerdotal. Portanto, não é possível enxergá-las de maneira independente ou estanque, porque estão relacionadas entre si.

A dimensão humana oferece a base necessária e dinâmica de toda a vida sacerdotal. Já a espiritual contribui para caracterizar a qualidade do ministério. A intelectual oferecerá os instrumentos racionais para o bom desempenho do pastoreio. Por fim, a pastoral habilita para um serviço eclesial responsável e profícuo.

Assim, cada dimensão formativa visa a uma verdadeira configuração a Cristo, de tal forma que cada vocacionado comungue da caridade pastoral do Bom Pastor. A vida comunitária do seminário é o âmbito privilegiado em que interagem as dimensões, harmonizando-se e integrando-se reciprocamente. Seja como seminarista, seja como sacerdote, sempre haverá a necessidade vital de verdadeiro vínculo com a comunidade, a qual se configura como o fio condutor que harmoni-

zará e unirá as quatro dimensões formativas.

A comunidade cristã reunida e enviada pelo Senhor, na força do Espírito, será sempre o *habitat* do sacerdote. O impulso missionário, que marca a comunidade eclesial, será o fim e o horizonte de toda formação, e a dinâmica missionária será o outro fio condutor, que unirá, animará e fecundará as quatro dimensões, de tal maneira que o sacerdote nelas formado possa viver plenamente o seu ministério.

Seguindo esse percurso, propõe-se uma formação integral a um sujeito integral. Para que tal meta seja alcançada, faz-se necessário um modelo pedagógico integrado, que favoreça a participação da comunidade formativa a fim de que ela, colaborando com a ação do Espírito, garanta o justo equilíbrio das diversas dimensões. Poderíamos dizer que este tem sido um dos grandes desafios da formação sacerdotal, inicial e permanente, nos dias atuais. Não que não tenha sido no passado, mas, no presente, estamos vendo as conse-

“Cada seminarista e cada sacerdote precisam sentir-se sempre discípulos a caminho, necessitados de uma formação integral”



quências de uma formação que já privilegiou uma dimensão em detrimento de outras!

Por isso, os formadores estarão sempre desafiados a analisar seus formandos e observar se estes dão sinais de uma formação integral e internalizada, superando uma visão reducionista do sacerdote vinculada a uma formação meramente exterior, que não plasma a pessoa por dentro.

3. A dimensão humana

É extremamente claro que a nova *Ratio* dá maior atenção à dimensão humana. Se já tivemos a época de formar o “padre santo”, o “padre intelectual” e o “padre da pastoral”, podemos dizer que estamos num tempo em que é urgente formar o “padre homem” ou humano. Só assim teremos a base sólida para construir e manter o edifício da formação sacerdotal. Sem dúvida, o tempo em que vivemos pede o padre perito em humanidade. Que seja um homem integrado, com uma humanidade trabalhada e amadurecida, capaz de lidar com uma humanidade ferida. Para isso, o sacerdote precisa ter trabalhado muito bem sua humanidade, para que possa ser um instrumento eficaz na vida dos outros. Só assim ele poderá ser o santo, o intelectual e o pastor!

A ênfase na humanidade do sacerdote pode parecer novidade ou originalidade da nova *Ratio* ou até mesmo da *Pastores Dabo Vobis*, mas não é. O Concílio Vaticano II, no seu decreto sobre a formação sacerdotal, já menciona a importância da dimensão humana e como a entende:

Cultive-se nos estudantes também a devida maturidade humana, comprovada, sobretudo, por certa estabilidade de alma, pela capacidade de decidir com ponderação e julgar com justiça os acontecimentos e pessoas. Habituem-se os alunos a formar corretamente seu próprio caráter. Adquiram a fortaleza de

Por que monges vivem mais

A sabedoria dos mosteiros para corpo, alma e espírito

Manfred Böhm



MANFRED BÖHM

POR QUE MONGES VIVEM MAIS

A sabedoria dos mosteiros para corpo, alma e espírito

192 págs.

A regra monástica de São Bento provém de uma espiritualidade holística, que preenche a vida de sentido. O teólogo Manfred Böhm apresenta um panorama do dia a dia e da espiritualidade dos monges e monjas, e mostra como podemos tirar proveito de um ritmo de vida constante, da proximidade da natureza e da vida comum e do equilíbrio entre trabalho e descanso para nossas vidas, para nossa saúde e bem-estar.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



alma e, de modo geral, aprendam a ter apreço por aquelas virtudes que entre os homens são altamente consideradas, e que muito recomendam o ministro de Cristo, como são a sinceridade de alma, o diligente cuidado pela justiça, fidelidade às promessas, polidez no agir e uma linguagem modesta e caridosa (*Optatam Totius*, n. 11).

Sempre se pedirá uma maturidade humana e vocacional, tanto do sacerdote quanto do futuro sacerdote. Dessa forma, a experiência formativa deverá favorecer a aquisição e o desenvolvimento de quatro características antropológicas básicas e necessárias para o crescimento na maturidade humana: a capacidade de afirmar a própria identidade; a capacidade de tomar iniciativa; a capacidade de ser criativo; a capacidade de amar o próximo. Quando Deus chama, dirige-se a um indivíduo concreto, com história e personalidade próprias. Portanto, faz-se necessário que essa história seja lida à luz da fé e a personalidade seja formada com os olhos fixos no homem perfeito, nosso modelo, Jesus Cristo.

Não é desconhecida a ênfase do Novo Testamento e dos Padres da Igreja na necessidade de que um ministro da Igreja seja maduro, sem desconsiderar a importância de um processo em contínuo amadurecimento. É óbvio que uma sadia espiritualidade exige uma humanidade bem estruturada. A graça sempre suporá a natureza, seguindo Santo Tomás; não a substitui, mas a aperfeiçoa.

A formação humana é o fundamento de toda formação e promove o crescimento integral da pessoa, permitindo forjar o crescimento na totalidade das dimensões. A dimensão humana se ocupará dos âmbitos físico, psicológico, moral, estético e social. Para que esse processo se realize, a base será

sempre um resgate e um trabalho sério da própria história pessoal. Por meio desse olhar, será possível a escolha dos instrumentos pedagógicos eficazes.

A dimensão humana será formada e provada na dinâmica das relações. De modo particular, ressalta-se a relação com as mulheres. O texto da *Ratio* (n. 95) recorda que a presença feminina não será apenas conveniente, mas essencial à formação humana e espiritual dos seminaristas.

Ao constatar suas fraquezas, que sempre existirão, os futuros sacerdotes precisam chegar a ponto de se autodeterminar e de viver a responsabilidade diante de tal conhecimento pessoal. Dessa forma, os momentos de crise, sem bem compreendidos e vividos, podem se tornar ocasião de conversão, crescimento e renovação.

A formação humana torna-se, pois, uma necessidade para a evangelização, tendo em vista que o anúncio evangélico passará sempre pela pessoa do evangelizador e será mediado por sua humanidade. Atenta a isso, a *Ratio* (n. 97) recorda que a utilização dos meios de comunicação e a aproximação do mundo digital constituirão parte integrante do desenvolvimento da personalidade do seminarista.

4. A dimensão comunitária

Como vimos, a atual *Ratio* não apresenta a dimensão comunitária como distinta das demais. Ao contrário, tal dimensão perpassa todas as outras e o próprio texto do documento. Não é possível falar de formação sacerdotal sem o acento comunitário. Com o intuito de enfatizar esse aspecto formativo, resgataremos tal dimensão com base no texto das atuais *Diretrizes* nacionais, atualizadas na última assembleia da CNBB, em 2018.

A vida comunitária coloca o formando diante de duas realidades essenciais da vida

“A formação humana é o fundamento de toda formação e promove o crescimento integral da pessoa”



ministerial futura: a comunhão de fé com o bispo e o presbitério, e a partilha de vida com o povo de Deus, que deve ser estimado, acolhido, servido e amado. A dinâmica da vida comunitária atualiza a experiência dos apóstolos ao redor do Cristo. Por isso, a experiência comunitária será sempre um elemento essencial no processo formativo. Assim, cabe ao formando nutrir, sempre mais, o desejo pela comunhão.

Toda formação sacerdotal, inicial ou permanente, tem caráter eminentemente comunitário. Tanto a origem quanto o destino da vocação sacerdotal têm a marca da comunidade eclesial. A vocação sacerdotal nasce e é gerada no interior de uma comunidade. Da mesma forma, será destinada a uma comunidade e se desenvolverá na comunidade presbiteral, que compõe uma grande comunidade eclesial.

A comunidade formativa se espelhará sempre na comunidade trinitária. O Espírito reúne a todos e motiva a participação de cada um no crescimento dos membros. A vida comunitária, iniciada no seminário, precisa ser continuada no presbitério, de tal maneira que seja oferecido ao mundo verdadeiro e luminoso testemunho de caridade e unidade.

Com isso, espera-se do formando e, obviamente, do sacerdote uma maturidade humana que os favoreça na vivência comunitária. Igualmente, será sempre necessária uma consciência da missão eclesial abraçada. A vida eclesial pedirá sempre a abertura aos diversos carismas presentes na comunidade e a valorização deles. Dessa maneira, o próprio seminarista e depois o sacerdote viverão o celibato consagrado como expressão do seu amor pelas pessoas, dentro ou fora da comunidade.

Por fim, a própria natureza comunitária do ministério sacerdotal exige dos seminaristas o cultivo da capacidade de conviver e integrar uma comunidade, assumir responsabilidades e crescer nas iniciativas,

Viver em comunidade para a missão

Um chamado à Vida Religiosa Consagrada

José Lisboa Moreira de Oliveira



JOSÉ LISBOA MOREIRA DE OLIVEIRA

VIVER EM COMUNIDADE PARA A MISSÃO

Um chamado à Vida Religiosa Consagrada



118 págs.

A vida fraterna em comunidade cultivada na Vida Religiosa Consagrada também só tem significado quando vivida em razão da missão recebida do Espírito "em vista do bem de todos" (1Cor 12,7). Este livro pretende aprofundar essa questão, começando pela diferença entre vida fraterna cristã e vida em comunidade, chamando a atenção para o risco do comunitarismo.

Ingressos meramente ilustrativos.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 3789-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



trabalhar em equipe, dando e recebendo auxílio, reconhecer a necessidade do outro, sendo solidário, valorizar o trabalho alheio e saber integrar-se nele, aprender a escutar os outros e abrir-se ao acolhimento e à partilha.

Conclusão: desafios para o presente e o futuro da formação sacerdotal

Como possível conclusão, na expectativa da publicação oficial da atualização das *Diretrizes* no Brasil, podemos resgatar os objetivos comuns a todos nós, sacerdotes ou não, cada qual com sua responsabilidade pelo futuro da Igreja.

Se existe um desafio tão antigo e tão novo, recordado pela *Ratio*, este reside em pensar, elaborar e aplicar uma proposta de formação sacerdotal que, de fato, seja única. Isto é, não podemos pensar formação sacerdotal só para seminaristas e formadores de seminário ou, o que é pior, manter um grande hiato entre a vida do seminário e a vida presbiteral. Enquanto não fizermos a ponte que une formação inicial e formação permanente, quando esta ocorre, continuaremos procurando a resposta onde ela não está ou tentando culpar quem é inocente.

De igual modo, não podemos pensar uma formação que não seja integral. Já passou da hora de pararmos de avaliar um seminarista de forma fragmentada, ou privilegiando suas notas na faculdade, ou seu testemu-

nho orante. Enquanto não olharmos o todo do candidato que temos diante de nós, continuaremos, como formadores, enganando-nos e acreditando que estamos formando.

Já passou da hora de pararmos de achar que, apenas com nosso empenho e nossa experiência, vamos formar bem! Ou fazemos uso das diversas ciências humanas que temos à nossa disposição, ou continuaremos iludidos, acreditando que podemos dar conta dos muitos desafios, sobretudo humanos, que temos diante de nós. Ou, então, deixaremos que o diretor espiritual resolva todas as demandas interiores dos seminaristas.

Por fim, é sempre necessário recordar que não há melhor formação humana do que nos voltarmos sempre para Cristo, nosso único e eterno modelo, para que tudo o que fizermos seja sempre uma forma de sermos mais seme-

lhantes a ele. A humanidade continuará sempre aguardando encontrar em nós homens de verdade, peritos em humanidade. Homens que sejam, de fato, sacramentos do divino. Peritos não apenas porque receberam um diploma, mas porque foram dóceis a tudo aquilo que o Espírito ofereceu antes, durante e depois do seminário. Homens que não tiveram medo de entrar, muitas vezes, na olaria do único e verdadeiro Mestre e de se deixar plasmar por ele, para que assim fossem também por ele enviados. ●

“Já passou da hora de pararmos de achar que, apenas com nosso empenho e nossa experiência, vamos formar bem!”

Referências bibliográficas

- CNBB. *Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2010. (Documento 93).
- CONCÍLIO VATICANO II. *Decreto Optatum Totius sobre a formação sacerdotal*. São Paulo: Paulus, 1965.
- CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *O dom da vocação presbiteral: Ratio Fundamental Institutionis Sacerdotalis*. Brasília, DF: CNBB, 2017.



AMAZÔNIA:

formar presbíteros em novos caminhos

Zenildo Lima da Silva*

*A atuação da vida religiosa missionária
sempre foi acompanhada pela construção de cidadania*

Introdução

A Organização dos Seminários e Institutos do Brasil (Osib) celebrou, no ano passado, seus 40 anos. Este acontecimento foi selado com uma publicação sobre “a formação sacerdotal hoje”, na qual diversos autores discorreram sobre desafios, avanços e algumas perspectivas no tocante às dimensões que fazem parte do processo da formação inicial dos presbíteros. A argumentação foi perpassada pelo reconhecimento de que novos tempos e espaços exigem novas posturas nesse delicado e laborioso processo. Tendo às portas o Sínodo para a Amazônia: “Novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral”, convocado para este ano,

nosso olhar se fixa nesse tempo e nessa localidade onde emergem desafios para a evangelização que, por sua vez, exigem um definido perfil de presbítero, apto a atuar nessa realidade.

Tomamos como base para o itinerário desta reflexão alguns argumentos transversais do Documento Preparatório do Sínodo, sobretudo relativos à sua estrutura (realidade – discernimento – busca de caminhos). O processo de escuta fez despontar uma partilha de riquezas a serem recolhidas e propostas no esperado Instrumento de Trabalho do Sínodo. Permitimo-nos algumas percepções à luz de nossa modesta experiência nesse campo e a partir desse chão.

*Zenildo Lima da Silva, presbítero do clero diocesano da Arquidiocese de Manaus, é reitor do Seminário Arquidiocesano São José desde 2016 e atual vice-presidente da Osib. Foi diretor do Instituto de Teologia Pastoral e Ensino Superior da Amazônia (Itepes) de 2006 a 2013 e secretário-executivo do Regional Norte I da CNBB de 2012 a 2015. E-mail: pe.zenildo@gmail.com



Deixando que outros textos discorram sobre as peculiaridades do que chamamos de Amazônia, detemo-nos em considerar esta realidade na sua característica intercontinental (Pan-Amazônia) e socioambiental (diversidade ecológica), bem como na perspectiva dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) e do impacto do mundo urbano, com as grandes metrópoles e consequentes implicações socioeconômicas desse cenário. Tudo isso debaixo de um modelo econômico liberal historicamente marcado pela exploração depredatória. Essas breves menções bastam para indicar a exigência do modelo de atuação eclesial e nela de seus ministérios, considerando um chão de religiosidade já presente nestas terras.

Também é importante esclarecer que nosso recorte, ao falar da Amazônia, é o horizonte do território brasileiro, tendo por base, sobretudo, uma compreensão da Igreja refletida na articulação proposta pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em sua organização por regionais.

1. Uma história de evangelização entre missão e colonização

A presença do ministério ordenado se associa à própria chegada da Igreja ao Brasil. Junto à colonização portuguesa e espanhola, as ordens religiosas constituíam um braço nesse processo, assegurando a unidade da fé. Mesmo no regime do Padroado, que vinculava a Igreja ao Estado português, emergiram figuras que assumiram as causas da evangelização na região. Vale lembrar o missionário jesuíta padre Antônio Vieira e sua defesa das populações indígenas, logo compartilhada por outros missionários. As próprias “missões”, que se estabeleceram como mecanismos de garantia da unidade, torna-

ram-se espaços de resistência. Falamos de um clero religioso das primeiras ordens que aqui chegaram: jesuítas, carmelitas, mercedários. A presença da Igreja na Amazônia nasce nesse ambiente de tensão entre os interesses colonizadores e o cuidado das populações locais.

A sedimentação das Igrejas locais, após o período das missões, trouxe consigo o desafio de um clero autóctone. Em breve apanhado, o historiador Raimundo Possidônio da Mata descreve que, após esse período, se estabeleceu a formação do bispado e do clero diocesano e as missões foram dando lugar às vilas e paróquias; já no século XIX, a situação da Igreja da Amazônia poderia ser considerada crítica, pela ausência de quadros eclesiais (MATA; TADA, 2018, p. 33-44). No século passado, desde a década de 70, a Igreja no

Brasil expressou solidariedade para com a Igreja dessa região por meio do projeto Igrejas-Irmãs, com o envio de missionários para o trabalho de evangelização. A herança representada por alguns elementos de um processo de evangelização caracterizado pela marcante presença de missionários e religiosos estrangeiros nem sempre impulsionou a afirmação de Igrejas locais fortes e com necessária autonomia. As frágeis e extensas prelações confiadas a congregações religiosas foram se estabelecendo na escassez de meios e de pessoal, tornando-se dependentes em termos econômicos e pastorais. No cenário atual, este é um quadro que começa a mudar.

Destacamos que a marcante atuação da vida religiosa missionária sempre foi acompanhada pela construção de cidadania. A história das cidades amazônicas mistura-se com a história da Igreja. Ainda não temos elementos devidamente organizados para

“A presença da Igreja na Amazônia nasce nesse ambiente de tensão entre os interesses colonizadores e o cuidado das populações locais”



falar de uma história do clero na região, mas podemos vislumbrar, por meio da história da evangelização, um modelo de ministerialidade profundamente articulado com os apelos que emergem das populações e culturas amazônidas.

Insistimos então num processo de formação presbiteral historicamente situado, profundamente engajado na realidade. Não responderia às exigências da evangelização um modelo de formação *on-line*. Sem abrir mão das necessárias tecnologias, nosso parecer é que não caberia uma formação a distância, no sentido de (des)comprometimento com a realidade.

2. A sinodalidade como caminho da formação para o ministério

Para as Igrejas da região, o Sínodo para a Amazônia não traz, em si, uma pauta nova. Há muito as assembleias e encontros regionais, inter-regionais e até mesmo nacionais e internacionais discutem os grandes desafios locais em seus aspectos antropológicos, socioeconômicos, culturais e eclesiais. Basta verificar o caminho já percorrido pela Comissão Episcopal para a Amazônia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CEA – CNBB) e a recém-criada Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam). O que destacamos, portanto, em vista da formação presbiteral, é o método. O Sínodo traz à tona o método comunal, que necessariamente deve ser presente no processo de formação dos presbíteros. A dinâmica do Sínodo, estruturada em um participado e articulado processo de escuta e de envolvimento de sujeitos locais, reclama uma revisão de qualquer caminho formativo que segregue os candidatos ao presbiterato em modelos isolados, como se fosse possível formar o padre genérico, cuja atuação seria viável em qualquer realidade indistintamente. Formar presbíteros na Amazônia implica atitudes de escuta, sinodalidade. Modelos de seminário em que a

tarefa é outorgada a um grupo de formadores, por mais competentes que se apresentem, sem uma dinâmica que envolva outros atores e realidades, podem incorrer sempre em profundas lacunas, formando ministros alheios ao próprio chão!

3. A formação para um ministério amazônida

A primeira parte do Documento Preparatório, “Identidade e clamores da Pan-Amazônia”, evidenciou elementos que devem fazer parte de um currículo formativo. Não nos referimos aqui somente a componentes curriculares dos cursos de Filosofia e Teologia, mas a um engajamento missionário que delineia o *modus vivendi* de um presbítero dessa e para essa região. A formação presbiteral, portanto, deve levar em conta o território e sua diversidade sociocultural, a identidade dos povos e seus direitos, a memória histórica da comunidade eclesial e uma espiritualidade e sabedoria próprias dos povos amazônidas. Nesse sentido, o atual presidente da Comissão Episcopal para a Animação Missionária da CNBB, dom Esmeraldo Barreto, ao analisar alguns aspectos da formação presbiteral, propõe uma metodologia pastoral no processo formativo perpassada pelo dinamismo missionário e pela identificação com Jesus Cristo (FARIAS, 2005, p. 32-34), o que a nova *Ratio Fundamental* chama de configuração.

Ao propor a busca de novos caminhos, o Sínodo interpela uma Igreja com rosto amazônico, com atuação profética e com ministerialidade que seja expressão da realidade amazônica. Esse tema dos ministérios tem ganhado repercussão nos processos de escuta. Na Assembleia Territorial dos Estados do Amazonas e Roraima (dezembro, 2018), por exemplo, essa busca de novos caminhos perpassou a afirmação da identidade e da atuação eclesial como Igreja em saída, bem como a atuação, em nova



configuração ministerial, dos sujeitos envolvidos. Mais à frente comentaremos as expectativas surgidas. Mesmo antes das provocações do Documento Preparatório do Sínodo, a reflexão em torno de uma eclesiologia e, consequentemente, de uma ministerialidade própria para a região sempre foi tema relevante na autocompreensão da Igreja na Amazônia. Esta se descobre como verdadeira comunidade ministerial. Testemunham essa alegre constatação tanto a Assembleia dos Bispos do Regional Norte I – CNBB, realizada em 1998, ao perceber uma vitalidade no multiplicar-se de comunidades e serviços, quanto o seminário sobre a ministerialidade da Igreja e os ministérios no contexto amazônico (2004), entre outros momentos de reflexão da Igreja na região. Retomando a vocação de toda a Igreja, cada membro do povo de Deus é chamado à missão pela implicação vocacional do seu batismo, ainda que, do ponto de vista sociológico e da organização eclesial, urjam algumas mudanças.

Em linhas gerais, os protagonistas dessa vitalidade eclesial têm sido:

- **o ministério ordenado:** embora haja ainda forte presença do clero religioso, as congregações e institutos presentes nas dioceses e prelazias da Amazônia contam com vocações autóctones. A figura do presbítero estrangeiro com sotaque foi dando lugar ao rosto caboclo. Desponta a redescoberta do diaconato permanente como vocação própria da Igreja;
- **a vida religiosa:** os inúmeros institutos e congregações, sobretudo de vida religiosa feminina, com raros sinais de fechamento em torno da própria instituição, em sua maioria assumiram a caminhada evangelizadora das Igrejas locais. Também aqui, na vida religiosa feminina, é expressivo o número de vocações autóctones;
- **o laicato:** não se pode negar a voz unânime que reconhece a importância funda-

mental desses atores na vida da Igreja, com particular destaque às mulheres e aos jovens. Centenas de comunidades nas cidades e no interior sobrevivem por causa do compromisso generoso desses homens e mulheres.

Em se tratando dos sujeitos locais, situa-se o encontro do cristianismo com as culturas indígenas e a entusiasmante, mas desafiadora questão das vocações indígenas na Amazônia. A questão tem sua complexidade e merece particular atenção. Não se fala de cultura, mas de *culturas* indígenas, com um ou outro elemento homogêneo. Dentre estes, destacamos o fato de que os povos indígenas têm profunda compreensão da sacralidade presente na realidade que os cerca. O contato com a evangelização cristã e com os missionários e missionárias suscita as inquietações vocacionais, porém sempre à luz do referencial do branco. O estilo de vida que se apresenta no caminho vocacional é uma novidade nem sempre seguida com perseverante entusiasmo. Tais vocacionados devem submeter-se ao ritmo de formação ditado pelas casas e seminários, que já diferem, e muito, da realidade do caboclo, quanto mais dos indígenas. Devem enquadrar-se nas estruturas, ritmos e modalidade de vida marcada pela consagração mediante o celibato. Ou se encaixam, ou são tidos como problemáticos. Uma vez assumida a vida religiosa ou presbiteral, faz-se necessária sua aceitação, no mundo urbano, como *religioso indígena* e, junto ao seu povo, como *indígena religioso*. A questão nos remete a outro aspecto fundamental para a formação dos presbíteros na Amazônia: a verdadeira conversão ao diálogo.

4. Uma formação dialogal: identidades e expressões

O conceito de ecologia integral, compreendido na perspectiva da encíclica *Laudato Si'*, constitui uma baliza norteadora



para o diálogo entre o anúncio cristão e a totalidade da vida presente na Amazônia. De fato, sem profunda conversão pastoral e ecológica, o anúncio do evangelho pode soar inconsequente e carente de incidência sobre a dimensão social ou ecológica, de fundamentação na dimensão bíblico-teológica, de inculturação na dimensão sacramental e infenso às necessárias mudanças na dimensão eclesial missionária.

Anunciar o evangelho de Jesus na Amazônia exige ministros capazes de diálogo. Do ponto de vista da expressão eclesial, toda a riqueza da vida sacramental da Igreja é desafiada a assimilar as expressões culturais, as categorias mentais, o universo simbólico, a sensibilidade dos povos amazônidas. Acolher esses elementos não compromete a novidade do evangelho e, no que diz respeito aos sacramentos, não compromete nem matéria nem forma! Urge uma formação para o diálogo capaz de acolher as descobertas e superar a tentação de trancar-se no medo das mudanças. Esta exigência do diálogo torna-se mais imperativa diante do encontro com a religiosidade presente na vida dos povos amazônidas, seja na piedade popular das populações rurais e ribeirinhas, seja nas tradições religiosas das populações indígenas, com sua compreensão do sagrado, seja nas expressões das populações nos grandes centros urbanos. Na formação dos presbíteros, a reflexão teológica, além de responder ao desafio do diálogo ecumênico numa região onde o avanço do segmento evangélico de traços neopentecostais fragiliza a vida de comunidades eclesiais rurais e ribeirinhas, é chamada a promover um aprofundamento da teologia na perspectiva indígena ou, propriamente, uma teologia indígena.

Diante dessa diversidade antropológica e sociocultural, não seria exagero apontar a necessidade de uma *Ratio* amazônida que orientasse todo o processo formativo.

Conclusão: algumas perspectivas

Sabemos que não podemos insistir em um modelo de presbítero e de exercício do ministério presbiteral que encontra cada vez menos sustentação na desafiadora realidade da região. O número de comunidades e paróquias parece desproporcional ao número de padres, nesse modelo em que se delega prioritariamente ao presbítero o múnus de pároco; a celebração eucarística é cada vez mais escassa nas comunidades mais distantes, e não existem ministros suficientes para a demanda, visto que só o padre celibatário pode presidir a Eucaristia; o desequilíbrio numérico entre padres religiosos e diocesanos é indício de grande fragilidade em algumas dioceses e prelazias, perpetuando uma situação de dependência. Também preocupa o perfil de presbítero que, embora viva em uma realidade de comunidades habitadas à comunhão e à corresponsabilidade, mais do que situar-se como padre evangelizador, reproduz um modelo estereotipado veiculado pela mídia, com expressões de autoritarismo. Além disso, sem uma vida de austeridade e simplicidade, será também um problema bem próximo a questão da subsistência dos presbíteros, mantidos por comunidades e dioceses pobres.

Deixamos, portanto, que as interpelações do Sínodo para a Amazônia alimentem nossas perspectivas:

- Mesmo com os desafios acima citados, temos imensa gratidão por figuras que, num cenário de *marketing* religioso, são anônimas, mas profundamente marcantes na vida de comunidades eclesiais e de populações menos favorecidas. Não são poucos os que se consomem em visitas missionárias às mais longas distâncias. Muitas das expectativas do modelo de missionário que se quer para a Amazônia (com disponibilidade, capacidade de acolhida e diálogo, ousadia, perseverança) já são realidade na vida de muitos presbíteros e bispos;



- A sinodalidade, como expressão da eclesiologia de comunhão, torna-se concreta na vida das comunidades eclesiais, que são o próprio sinal da vitalidade da Igreja na Amazônia. Presbíteros formados comunitariamente são moldados para um agir comunitário e em saída;
- A compreensão da realidade amazônica exige uma cosmovisão e uma reinterpretação da realidade que nos convidam a repensar as categorias e formulações teológicas já construídas. Só essa abertura permite a atuação de ministros numa perspectiva de ecologia integral;
- Anunciar o evangelho de Jesus na Amazônia implica novos paradigmas de comunicação. Modelos de comunicação marcados pela verticalidade não chegam à alma das populações essencialmente habituadas à contemplação e detentoras de uma epistemologia própria. Alcançar a sabedoria dos povos amazônidas supõe ministros formados não somente para um adequado uso de meios, mas também educados para a escuta e o diálogo;
- O protagonismo das lideranças autóctones pressiona nova acolhida de vocacionados ao ministério presbiteral. Este ministério, historicamente concedido a homens de vocação celibatária despertada ainda na juventude, pode também ser exercido por outros atores com novas configurações, não necessariamente celibatários. Um modelo não compromete o outro!
- A diversificação da ministerialidade, colhida como sopro do Espírito diante das necessidades da comunidade eclesial, permite suprir carências profundas de serviço ao povo de Deus, atualmente concentrado no presbítero. Além de reconhecer e integrar ministérios existentes, cabe fomentar outras respostas, principalmente no que diz respeito à presidência da Eucaristia para as comunidades amazônidas;
- Os diáconos permanentes e os presbíteros que cessaram o exercício do ministério são

sujeitos com grande potencial de enriquecimento da atuação do ministério ordenado.

É importante estar atentos ao cuidado – sempre necessário quando se insiste em alargar a participação no ministério ordenado – de não incorrer no risco de clericalização dos ministérios!

Estas considerações, que preferimos chamar de interpelações, sempre nos fazem olhar com esperança para a caminhada da Igreja. Não esperamos que o Sínodo faça um trabalho que cabe a nós. Formar presbíteros para a realidade da Amazônia é tarefa a ser assumida sempre mais pelas Igrejas locais, como primeiros sujeitos. A sinodalidade nos permite perceber que não estamos sozinhos. Na mesma confiança da piedade dos povos locais, temos a certeza de que a Mãe de Deus está conosco! ●

Referências bibliográficas

- COMISSÃO EPISCOPAL PARA A AMAZÔNIA; REDE ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA. *Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral*. Documento preparatório. Brasília, DF: CNBB, 2018.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Desafio missionário: documentos da Igreja na Amazônia*. Coletânea. Brasília, DF, 2014.
- _____. *Regional Norte 1. Missão e ministério dos leigos e leigas cristãos em resposta às necessidades da Igreja na Amazônia: documento da Assembleia Regional*. Manaus, 1998.
- CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *O dom da vocação presbiteral: Ratio Fundamental Institutionis Sacerdotalis*. Brasília, DF: CNBB, 2017.
- FARIAS, Esmeraldo Barreto de; A missão na formação presbiteral: alguns aspectos. In: FONTES, Douglas Alves, MORAIS, Joaquim Gonçalves de; FERREIRA, Nivaldo dos Santos (Org.). *A formação sacerdotal hoje*. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 29-46.
- FONTES, Douglas Alves; MORAIS, Joaquim Gonçalves de; FERREIRA, Nivaldo dos Santos (Org.). *A formação sacerdotal hoje*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- MATA, Raimundo Possidônio C.; TADA, Cecília (Org.). *Amazônia, desafios e perspectivas para a missão*. Rio Bonito: Benedictus, 2018.

Também na internet:
vidapastoral.com.br



Zuleica Aparecida Silvano*

14º DOMINGO DO TEMPO COMUM

7 de julho

“A paz esteja nesta casa!”

I. Introdução geral

Celebramos com alegria a certeza da presença constante e amorosa de Deus em nossa vida (I leitura). Revigorados por esse amor, sejamos sempre mais anunciadores do Reino de Deus e, sobretudo, da paz (evangelho), que nasce de nosso encontro profundo com Jesus Cristo crucificado e ressuscitado e da sua misericórdia (II leitura).

II. Comentários dos textos bíblicos

1. I leitura: Is 66,10-14c

Is 66,10-14c faz parte do Terceiro Isaías (cf. Is 56-66), um profeta, provavelmente, do pós-exílio. O texto retrata a fase de restauração do povo e de reconstrução da cidade de Sião (Jerusalém) e do Templo, após o retorno dos exilados na Babilônia para Jerusalém. Como todo período de reconstrução, há expectativas, dificuldades e a tentação de desanimar. Por isso, o profeta reanima o povo, convida-o a alegrar-se, trazendo em seu coração a certeza da salvação (cf. vv. 10-11), da prosperidade (cf. vv. 12-13), do consolo e da presença constante de Deus na história de Israel.

*Ir. Zuleica Aparecida Silvano, religiosa paulina, licenciada em Filosofia pela UFRGS, mestra em Ciências Bíblicas (Exegese) pelo Pontifício Instituto Bíblico (Roma) e doutora em Teologia Bíblica pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (Faje), onde atualmente leciona. É assessora no Serviço de Animação Bíblica (SAB/Paulinas) em Belo Horizonte. E-mail: zuleica.silvano@paulinas.com.br



Os vv. 10-14c estão inseridos num contexto mais amplo, que abarca os vv. 7-9. Nestes versículos, o autor descreve o espanto das pessoas diante da fecundidade de Sião, apresentada como mãe que gera o povo de uma só vez e sem dores de parto (cf. vv. 7-8). Essa imagem representa o retorno dos exilados à terra prometida aos patriarcas. Desse modo, Sião (o povo) toma consciência de que Deus não a abandonou; pelo contrário, durante o exílio, quando tudo parecia impossível, ele continuou a sustentar o povo. Por isso, não é possível desanimar diante da dificuldade, pois é Deus que conduz a história.

É diante dessa tomada de consciência e da certeza da presença constante de Deus que o profeta convida todos os servos do Senhor (cf. v. 14) a regozijar-se (cf. v. 10), pois são aqueles que amam Sião e foram solidários com seu sofrimento. Alegrar-se, porque o Senhor consolará o seu povo (cf. v. 11) e porque todos se saciarão com seus atos salvíficos (“glória”). Entre esses atos está a construção de uma sociedade próspera, na qual todos terão acesso aos bens. Essa vida em plenitude provém do próprio Deus, pois ele é aquele que consola o seu povo, o acolhe, o amamenta, o carrega no colo, o acaricia. Ele é aquele que concede a paz a Sião. É o Deus que lhe dá vida e o sustenta (cf. v. 13). É ele que manifesta o seu poder em favor do povo (cf. v. 14). Somente uma cidade alicerçada no Senhor da vida é capaz de ser agraciada pela paz transbordante (cf. v. 12). Desse modo, Jerusalém torna-se a cidade na qual será manifestada a consolação de Deus (cf. v. 13) e o lugar da paz plena.

Se o profeta anuncia a consolação, certamente o faz porque o povo vive uma realidade de sofrimento, de dificuldade, de desânimo, como foi mencionado acima. Por isso, é profunda a imagem do reflorescimento dos ossos (cf. v. 14a), para indicar a renovação da vida e a certeza da ação salví-

fica de Deus. Isso, porém, somente será possível se o povo se deixar guiar por ele e tiver como fundamento a justiça e a paz. Para tanto, é necessário que seus líderes sejam também servos, estejam a serviço da coletividade, promovam o bem comum e a paz. Paz inspirada e sustentada pela caridade, pela experiência profunda de comunhão com o Senhor da vida, Deus.

2. Evangelho: Lc 10,1-12.17-20

Lc 10 está situado nos relatos da subida de Jesus para Jerusalém (cf. Lc 9,51-19,27). Jerusalém é muito importante para o evangelista Lucas, pois é nessa cidade que Jesus entregará a sua vida e nascerá a comunidade dos seguidores de Cristo. Ao longo dessa viagem, temos dois relatos de envio: o dos doze (cf. Lc 9,1-6) e o dos 70 discípulos (ou 72, em alguns manuscritos). Setenta (ou 72) corresponde ao número dos povos que compõem a humanidade, segundo Gn 10,1-32, e dos anciãos que participarão do espírito profético de Moisés, segundo Nm 11,24-30.

Nessa narrativa, diferentemente da anterior, há uma ampliação da missão e a necessidade de haver mais pessoas que possam anunciar a vinda do Reino (cf. v. 2). Jesus, como Messias, assume o papel do rei que envia mensageiros para todas as nações com uma mensagem bem precisa: a proximidade do Reino de Deus (cf. v. 9). Todos são convocados para essa missão: basta à pessoa ser escolhida por Deus para ser uma trabalhadora na imensa messe, assumindo o projeto do Pai, revelado por meio das palavras e dos gestos de Jesus Cristo. As imagens da messe e da colheita são utilizadas pelos profetas para referir-se ao juízo escatológico, no fim dos tempos (cf. Jl 4,13; Is 27,12). Lc 10,2 pode assumir esse significado, uma vez que com Jesus se inicia o tempo messiânico e o centro da mensagem é o Reino de Deus, tema relacionado ao fim dos tempos. No entanto, há uma mudança de perspectiva na



concepção lucana e dos evangelhos, pois o Reino de Deus é inaugurado por Jesus, que se insere na história, e ressalta-se o sentido universal da missão – ou seja, a mensagem deve ser levada para todas as nações, não somente para Israel. Assim, a messe é grande, necessita de trabalhadores e é um dom de Deus. Esses trabalhadores não são meros voluntários, mas são aqueles que fizeram experiência da proximidade do Reino, por meio de Jesus Cristo, e desejam comunicá-la. A messe é um dom porque tem como dono o Pai, e é ele que deve escolher e enviar os trabalhadores para realizar o seu projeto salvífico. Isso é confirmado no v. 1, que afirma que os discípulos são enviados “dois a dois” – ou seja, a mensagem que será anunciada foi recebida de Deus e é um testemunho verdadeiro, conforme Dt 19,15.

A primeira característica desses missionários é a oração, e o conteúdo do pedido a ser feito a Deus é aumentar o número dos trabalhadores na messe do Senhor. Isso exige uma abertura de mentalidade, generosidade, um coração universal e a consciência de que a missão pertence a Deus, e não ao missionário. Nos vv. 3-7, são explicitados o envio, os riscos, a hostilidade que esses apóstolos encontrarão (cf. v. 3) e as recomendações (cf. vv. 4-7). A missão é sustentada por Deus, mas não é isenta de conflitos. Diante das dificuldades, os missionários devem se despojar do poder, da violência, e da imposição. O evangelista deixa claro que os enviados serão perseguidos, tendo uma vida semelhante ao do missionário Jesus, que também não foi aceito por todos.

A segunda exigência é o despojamento de bens materiais, confiando totalmente em Deus (cf. v. 4a) e na generosidade das pessoas. A missão tem um caráter de urgência (cf. v. 4b), por isso o missionário não pode se desviar do caminho nem deve anunciar outra mensagem a não ser aquela dada por Jesus.

Os missionários são portadores da paz (cf. vv. 5-6). A paz, além de ser a plenitude dos bens, é o sinal do Reino de Deus e da mensagem do Ressuscitado. Eles também não devem abusar da generosidade das pessoas (cf. v. 7), mas renunciar à segurança e à comodidade. Esses missionários são convocados não somente para anunciar a Boa-Nova, como também para serem testemunhas daquilo que anunciam. A mensagem da proximidade do Reino, portanto, não é mero discurso, mas um estilo de vida. Supõe a renúncia ao acúmulo de bens, à comodidade, ao poder e à violência. A mensagem do Reino também é Boa-Nova para os marginalizados, que são curados de suas doenças e tirados da exclusão.

Se a mensagem de paz for rejeitada, os missionários devem sacudir a poeira que ficou grudada nos calçados (cf. vv. 10-11). Trata-se de gesto profético, que podemos interpretar como uma ruptura, um castigo definitivo (cf. Gn 19,24-25; Ez 16,49.56), uma forma de deixar o pó contaminado no local da rejeição, para poder voltar ao solo sagrado (cf. Sl 102,15). Ao mesmo tempo, é uma forma de indicar que o missionário fez a sua parte; se sua mensagem foi rejeitada, não cabe aos enviados realizar o julgamento, mas é Deus que irá julgar conforme seus critérios.

A missão desses missionários é a mesma de Jesus: anunciar a Boa-Nova do Reinado de Deus, curar os doentes e ser portadores de paz. A paz é o bem messiânico por excelência, prometido para o fim dos tempos. É o sinal do início do tempo da salvação, do advento do Reino do Senhor.

A atitude dos mensageiros é: mansidão, pobreza, despojamento e decisão quando a realidade exige. A sentença no v. 12 não é de vingança, mas tem a finalidade de mostrar a seriedade da decisão daquele que rejeita o anúncio da proximidade do Reino de Deus, ou seja, que não crê no Filho de Deus, Jesus, o Reino por excelência.



No relato dos discípulos, ao retornarem da missão (cf. vv. 17-20), transparece a satisfação pela eficácia dos exorcismos realizados em nome de Jesus, confirmando a relação existente entre a missão dos discípulos e a de Jesus (cf. 8,26-39; 10,1).

É importante salientar que, na Bíblia, há uma diferença entre demônio e satanás. A palavra demônio está ligada a doenças para as quais a medicina da época não encontrava explicação, como epilepsia, febre e outros. Por sua vez, satanás é uma palavra hebraica que representa tudo que é contra o Reino de Deus, tudo que é o antirreino, ou seja, tudo aquilo que é contra as palavras e os gestos de Jesus. Nesse sentido, há uma ligação entre demônio e satanás, pois as doenças e o mal são contrários ao Reino de Deus, caracterizado pela vida e pelo bem das pessoas. Cabe lembrar que a cura das doenças também é um dos sinais da vinda do Messias, é sinal que caracteriza a era messiânica.

A imagem da derrocada de satanás (cf. v. 18) nos remete à sua presença na corte celeste para acusar os homens (cf. Zc 3,1-2; Jó 1,6-12 e 2,1-7). O ser derrubado de seu trono (cf. Is 14,12.14) representa a vitória definitiva de Deus e a soberania de seu Reinado.

No v. 20, Jesus enfatiza que o fundamental não são os sinais extraordinários, como a cura de doentes, mas a pertença ao Reino de Deus e a inscrição em seu registro (cf. Ex 32,32; Sl 87,6). Por isso, as comunidades e, especialmente, os missionários não devem se fixar no sucesso e no poder, mas no anúncio, na participação e na construção do Reino de Deus, de justiça e de paz.

3. II leitura: Gl 6,14-18

Paulo conclui a carta aos Gálatas com os versículos escolhidos para a liturgia desta celebração, resumindo as ideias principais e apresentando, de forma convicta, o seu parecer contra os chamados “judaizantes”. Ju-

daizantes eram as pessoas provenientes da cultura judaica que aderiram ao seguimento de Jesus. Eles acusam Paulo de não exigir dos gentios (de cultura grega), ao se inserirem na comunidade cristã, após o batismo (cf. Gl 4,17), a circuncisão e a observância da Lei mosaica e das leis judaicas referentes aos alimentos. Na visão dos adversários, Paulo se vangloriava da quantidade de gentios que aderiam a Jesus Cristo, mas não era de fato um apóstolo e pregava um falso evangelho. Paulo afirma que se orgulha da cruz do Senhor Jesus Cristo, ou seja, Jesus é agora o centro, pois é o Messias esperado. Desse modo, a Lei e a circuncisão não devem ser exigidas dos gentios ao aderirem a Jesus, dado que a Lei atingiu sua plenitude com a vinda de Cristo. Assim, a vida do cristão terá como norma sua experiência com Jesus, que se esvaziou de si, assumindo até mesmo a morte de cruz, como revelação de seu amor e fidelidade ao projeto do Pai. A Lei é plenificada pelo amor, e é esse amor que servirá de princípio normativo, de norma, para os cristãos. O batizado, portanto, não tem uma lei externa, mas o seu agir é pautado pela sua experiência de Jesus Cristo, que revela seu poder na fragilidade, na onipotência, na morte de cruz. O cristão, com o batismo, participa desse mistério pascal e torna-se nova criatura.

Aos judaizantes se opõe o Israel de Deus, que reconhece Jesus como Messias e recebe o grande dom messiânico, a paz. Paz que nasce da experiência do amor misericordioso e benevolente de Deus, que se revela na cruz de Cristo. Essa experiência interpela o cristão, levando-o a assumir a missão de anunciar a paz e a misericórdia de Deus.

Em Gl 6,17, Paulo declara que traz em seu corpo as “marcas” de Jesus, em grego o correspondente à palavra “estigma”, que não deve ser interpretada como as chagas ou feridas no corpo dos santos, como as do Padre Pio, de São Francisco e outros, mas



refere-se ao sofrimento como resultado da participação do apóstolo na paixão de Cristo após o batismo (cf. 2Cor 4,10-12; Fl 3,10) e de sua dedicação como anunciador do amor de Deus revelado em Jesus Cristo, ou seja, da Boa-Nova (cf. 2Cor 11,24-25).

III. Pistas para reflexão

Todos os textos da liturgia desta celebração têm como tema a paz. Nas celebrações e nas nossas atitudes como cristãos e cristãs, é explícita a face materna de Deus e da paz que nasce de nossa experiência com ele e de sua misericórdia em nossa vida? Como estou realizando a missão que o Senhor me deu no batismo de ser anunciador e construtor do Reino de Deus? Quais iniciativas podemos assumir para “evitar tudo que coloca em risco a paz social”, conforme as palavras do papa em sua mensagem para o dia mundial da paz deste ano.

15º DOMINGO DO TEMPO COMUM

14 de julho

Amar a Deus e o próximo e agir com misericórdia

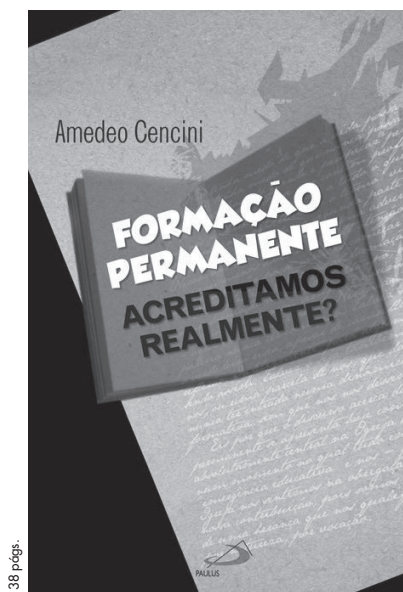
I. Introdução geral

Nesta liturgia, o tema central é o amor e a misericórdia. Em Dt 30,10-14, o amor se revela na fidelidade de Deus, que acolhe o povo desviado do caminho. Não basta, porém, desejar retornar ao Senhor, é necessário estar disposto a uma mudança de mentalidade, a uma transformação (I leitura), possível por meio da observância da Lei. Essa Lei, expressão da aliança entre Deus e o povo, não é difícil nem está distante, conforme afirma o autor, mas está ao alcance de quem ama a Deus: está em sua boca e em seu coração. A Lei como expressão da von-

Formação permanente

Acreditamos realmente?

Amedeo Cencini



A pergunta do título subentende outras: em que consiste a formação permanente? Consideramos que ela seja possível nas circunstâncias atuais? Estamos vivendo-a de alguma forma? Tais dúvidas estão na origem deste volume, endereçado a presbíteros, religiosos(as), leigos consagrados, bispos, reitores, pais espirituais, formadores de seminários e noviciados.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 3789-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



tade de Deus está ao nosso alcance e pode ser sintetizada no amor a Deus e ao próximo (evangelho) – sobretudo ao irmão que necessita de nossa ajuda, de nossa compaixão, de nossa misericórdia. Para isso, contudo, é necessário que Cristo seja central em nossa vida, ele que é o primogênito da criação, o mediador da redenção, por reconciliar tudo por meio de sua entrega por amor ao projeto do Pai (II leitura).

II. Comentários dos textos bíblicos

1. I leitura: Dt 30,10-14

Dt 30,10-14 pertence ao terceiro discurso de Moisés (cf. Dt 29-30), no qual o autor contrapõe a aliança e a fidelidade de Deus às infidelidades do povo. Deus, porém, sempre acolhe e concede a vida, se o povo estiver disposto a voltar-se, a converter-se.

Para o autor deuteronomista (do século VIII-VI a.C.), a Lei de Moisés era fundamental e era fonte de sabedoria, por ser a expressão da aliança estabelecida entre Deus e o povo. Ela era fruto do amor e da eleição da parte de Deus. O texto da liturgia deste dia nasceu, provavelmente, antes do exílio, no Reino do Norte, mas depois foi levado para o Reino do Sul. Em seguida, foi relido e modificado após a experiência do exílio, considerada pelos autores deuteronomistas como resultado da infidelidade do povo e dos seus líderes. Em Dt 30,10-14, o povo é exortado a não ser infiel à Lei, considerando-a difícil e não acessível, pois ela está ao alcance de quem ama a Deus.

O v. 10 é a conclusão do discurso apresentado nos vv. 1-9. Nele, Moisés exorta o povo a retornar ao Senhor (cf. vv. 1-2), por ele ser a origem da vida. Nesse sentido, Moisés afirma que o agir divino abraça todos os âmbitos da história do povo (cf. vv. 3-7.9) e lhe concede a vida, a fecundidade, a prosperidade, a posse da terra, a segurança com relação aos inimigos. Apesar da infi-

delidade, Deus está disposto a acolher o povo. O autor deixa claro, contudo, que não basta voltar-se para Deus, é necessária uma transformação do coração e da alma (cf. v. 10), isto é, uma conversão que abarque a totalidade da pessoa.

A expressão “com todo o coração e com toda a alma” reporta-se ao texto do *Shemah*, que recomenda ao povo amar a Deus com todo o coração, com toda a alma e com toda a força (cf. Dt 6,4). O v. 10 finaliza a seção anterior, que tinha como tema a bênção futura, e segue apresentando a proximidade da Lei, da Palavra de Deus. Nota-se que os termos “mandamento” (v. 11) e “palavra” (v. 14) são sinônimos neste texto, pois ainda que o primeiro sublinhe o aspecto da normatividade, que tem como mediador Moisés, e o segundo acentue a revelação de Deus, ambos os termos manifestam a vontade divina.

Os vv. 11-14, de caráter sapiencial, afirmam que a vida está no cumprimento da Lei e que afastar-se desta é a mesma coisa que morrer. A Lei não é constituída de prescrições, mas é a síntese de todas as experiências vitais importantes que o povo de Deus fez ao longo de sua caminhada; é expressão do amor de Deus, que é fonte de vida. Por isso, aderir à Lei é a mesma coisa que amar a vida, buscá-la e promovê-la.

O autor enfatiza duas expressões negativas no v. 11: “não é difícil” e “não é distante”. A palavra traduzida por “difícil”, em português, tem em hebraico o sentido de “extraordinário”, como algo inatingível, imperscrutável, incompreensível para a mente humana. A negação dessa condição aponta a acessibilidade da Lei e a possibilidade de uma compreensão imediata. A segunda expressão está ligada a Dt 5,27, que denota que aproximar-se da divindade significa pôr em risco a vida. Contrariamente, nesse v. 11, o autor afirma que aproximar-se da Lei é aproximar-se da fonte da vida.



O autor nega as justificativas que o povo pode apresentar para não cumprir a Lei (cf. vv. 12-13), afirmando que ela não está no céu nem do outro lado do mar – numa alusão ao movimento vertical e horizontal para indicar o máximo de afastamento possível (cf. Dt 29,28) –, mas está ao alcance de todos aqueles que estão dispostos a promover a vida. Também não é necessário haver alguém que a ensine, pois, como dizem os profetas, essa aliança está inscrita no coração (cf. Jr 31,31-34 e Ez 11,19; 36,36). Essa passagem supera a distância entre Deus e o ser humano. Assim, se a pessoa não pode se aproximar de Deus, este se aproxima dela. A palavra/ordem se torna mediadora da presença de Deus, sendo também a mediação de seus dons e de seus benefícios. Por meio dela, Israel estabelece e vive o ligame profundo com seu Deus. Para indicar essa proximidade da Palavra, o autor utiliza duas expressões: “na boca” e “no coração” (v. 14). A referência a “estar na boca” enfatiza a possibilidade de essa Palavra ser proclamada, anunciada, meditada. Desse modo, o autor chama a atenção para a necessidade de escutá-la, para vivê-la e anunciá-la (cf. Dt 8,3; Ez 2,8-3,11; Sl 119,131). A Palavra, contudo, não está somente na exterioridade do ser humano; está também em seu coração, em sua interioridade, na sede das suas decisões, de seus anseios, de seus afetos, de seu modo de pensar e agir. Portanto, o povo é chamado a escutar a Palavra, amá-la e pô-la em prática, pois somente ela pode lhe garantir a plenitude da vida.

2. Evangelho: Lc 10,25-37

A passagem do evangelho escolhida para esta liturgia também está inserida no relato da viagem de Jesus rumo a Jerusalém (cf. Lc 9,51-19,27). O texto apresenta um mestre da Lei que faz uma pergunta a outro mestre – uma cena comum no contexto judaico, quando os grandes mestres e os dis-

cípulos debatiam sobre temas fundamentais do judaísmo e, particularmente, sobre as diferentes interpretações da Lei. Por conseguinte, a pergunta do mestre da Lei não tem caráter hostil, como é apresentado em vários comentários, mas seria uma forma de ouvir o ensinamento de um grande mestre, como era Jesus, ou de possibilitar um debate sobre as questões divergentes entre os mestres da época.

A pergunta é sobre o que fazer para herdar a vida eterna. Jesus responde com outra pergunta, na qual pede que seu interlocutor aprofunde (“como lê?” v. 26) aquilo que está escrito (interpretação literal), dando, portanto, a sua interpretação. O legista sintetiza a Lei em dois mandamentos, unificando duas citações bíblicas: o amar a Deus (cf. Dt 6,5) e o próximo (cf. Lv 19,18). O amor para com Deus deve abarcar a totalidade do ser humano, ou seja, sua vida (alma), a sede de suas decisões e de suas capacidades intelectuais e emocionais (inteligência e coração), mas também seus bens materiais (sua força). O amor para com o próximo é referência tirada de Lv 19,18, cujo contexto é a não vingança contra o próximo. Ou seja, no contexto literário original, o próximo seria o inimigo; com o decorrer do tempo, porém, foi mais estritamente identificado com as pessoas do clã, da família.

Diante da resposta sábia do seu interlocutor, Jesus responde com outro texto bíblico, extraído de Lv 18,5: “Faze isso e viverás” (v. 28) – ou seja, esse é o caminho que te levará para a vida em plenitude. O mestre da Lei, não satisfeito, faz outra pergunta, para continuar a reflexão: “E quem é o meu próximo?” (v. 29). A resposta de Jesus, desta vez, dá-se por meio da parábola do bom samaritano, que muda o foco da questão: não aponta quem é o próximo, mas como se fazer próximo das pessoas, sugerindo que isso consiste em ser misericordioso e ter compaixão do irmão mais necessitado.



A parábola inicia-se apresentando um homem que desce de Jerusalém para Jericó. Não há nenhuma identificação de quem seja esse homem: é um anônimo, não temos nenhuma referência sobre sua condição social, religiosa, geográfica. Provavelmente deva ser um judeu, pelos elementos apresentados e por ser depois ajudado por um samaritano.

Esse homem é assaltado, e o foco não está no assalto em si, mas na condição deplorável em que se encontra a vítima. Aparecem dois personagens, o levita e o sacerdote, ambos da classe sacerdotal, que passam, mas não sentem misericórdia por essa pessoa. Seus interesses pessoais e suas funções são mais importantes do que socorrer o ferido. Provavelmente, ambos têm medo de se contaminar com as feridas dessa pessoa, dado que estão relacionados ao culto e ao sacrifício, que exigem pureza ritual. Aparece então um samaritano, o único que tem um motivo definido para passar naquela estrada: está em viagem, provavelmente a trabalho, mas vê a vítima, tem compaixão dela e sai de si para tocar-lhe as feridas e dar-lhe assistência.

Por razões históricas, havia uma inimizade entre judeus e samaritanos. Desde o período da divisão do Reino do Norte e do Sul, a Samaria e o Reino do Norte eram sinônimos de idolatria e de abandono da tradição, pois não adoravam a Deus no Templo de Jerusalém nem eram governados pelos descendentes de Davi, afastando-se das promessas dadas por Deus ao povo. No período da dominação assíria sobre essa região, houve a migração dos samaritanos para outras cidades e a inserção de outros povos na Samaria, que traziam seus cultos religiosos e seus deuses (cf. 2Rs 17,24-41), aumentando o preconceito dos judeus contra os samaritanos. Outro fator que alimentou a inimizade entre esses povos foi a resistência dos samaritanos à reconstrução do Templo de Jerusalém, no pós-exílio. Tal conflito piorou com a

destruição do templo dos samaritanos, no monte Garizim, pelos judeus, sob o mandato de João Hircano I ou Simeão, um dos Macabeus, que governou a Judeia. Por isso, provavelmente a vítima na parábola era um judeu, que teve assistência por causa da misericórdia de um samaritano.

Nessa parábola, o samaritano não ama somente a Deus com toda a alma, com o coração e com suas forças, mas também o irmão necessitado. Como diz a I leitura, cumprir a Palavra de Deus não é algo longe, distante, pois ela está próxima e se faz próxima no irmão necessitado. Amar a Deus e amar o irmão são atitudes inseparáveis. Assim, como o mestre da Lei, também nós recebemos o convite de Jesus: “Vai e faz a mesma coisa” (v. 37).

3. II leitura: Cl 1,15-20

Não há consenso entre os biblistas sobre Colossenses ser ou não uma carta autêntica de Paulo. Contudo, pela problemática abordada, pelo estilo, pelo vocabulário, pela linguagem cósmica e pela sua afinidade com Efésios, podemos considerá-la uma carta deuteropaulina, ou seja, não escrita por Paulo. O hino proposto como a segunda leitura deste dia é uma resposta à concepção presente na comunidade de Colossas de que Jesus seria inferior aos anjos, porque estes seres celestes permaneceram na presença de Deus, enquanto Jesus teria se rebaixado por causa de sua encarnação, por assumir a realidade humana.

O contexto literário de Cl 1,15-20 é Cl 1,9-14 – ou seja, essa perícopa está inserida numa exortação. O autor pede que o destinatário cresça no conhecimento da vontade de Deus (cf. vv. 9-14) e receba, por meio de Cristo, o perdão dos pecados. O hino ajuda o cristão a se direcionar para o Reino do Filho, do qual Deus o fez participante, porém seu tema principal é o primado de Cristo. Inicia-se atribuindo dois títulos a Jesus, que



definem o seu papel em relação a Deus e ao mundo (cf. v. 15). O primeiro título, “imagem do Deus invisível”, tem a finalidade de afirmar que Jesus é a revelação única e definitiva de Deus. O segundo título, “primogênito da criação”, define sua função em relação ao mundo criado – Jesus é o mediador entre a humanidade e Deus. Percebe-se a insistência na dimensão universal e no senhorio de Cristo sobre todas as coisas. Ele é aquele que unifica e dá coesão a tudo.

Diferentemente das cartas protopaulinas (cf. 1Cor 12,12), Colossenses apresenta Cristo como a cabeça da Igreja; portanto, como autoridade máxima. A imagem do corpo serve para reforçar essa união indissolúvel entre Cristo e a Igreja – isto é, a Igreja recebe sua vida, seu crescimento e seu dinamismo de Cristo.

Cristo tem a primazia, porque todos foram criados por ele, nele e para ele (cf. v. 16). Toda criatura deve-lhe sua existência, porque ele é a origem, a fonte, o fundamento e a meta da criação (cf. v. 17). A Igreja também é completamente dependente de Cristo, do Filho de Deus. Cristo é a potência de tudo: das coisas visíveis (cosmo) e das invisíveis (potências angélicas). Todo o mundo criado é orientado para ele.

Nos vv. 15-17, a criação e a vida eclesial são relidas à luz de Cristo. Essa releitura desemboca nos vv. 18-20, que apresentam o primado de Jesus na redenção. O Filho de Deus é denominado “primogênito dentre os mortos” (v. 18). Não porque ressuscitou primeiro, mas porque é o fundamento de nossa ressurreição e redenção. Por meio de sua fidelidade ao projeto do Pai, realiza-se a reconciliação de toda a humanidade. Desse modo, temos a ênfase no evento histórico salvífico como forma de confirmar o primado universal de Cristo. De fato, Cristo é o princípio unificador da realidade cósmica, humana e divina; é a reconciliação e a salvação; é o mediador da criação. Por isso é su-

perior: por existir antes de tudo, toda a criação encontrar nele a origem, a existência e a consistência e, por meio dele, realizar-se a história da salvação (plenitude divina).

III. Pistas para reflexão

As leituras desta celebração nos indicam que o amor para com Deus é inseparável do amor para com o próximo. Outro elemento importante, nesta liturgia, são os vários significados da palavra “misericórdia”. Em primeiro lugar, a misericórdia de Deus que acolhe o povo, apesar de sua infidelidade em cumprir a aliança, embora seja necessária a transformação do coração (I leitura). A misericórdia expressa na entrega salvífica de Jesus Cristo, o Filho de Deus encarnado (II leitura) que não é inferior aos seres celestes, mas é a plena revelação de Deus e de sua presença na história. Por fim, a misericórdia como expressão de uma vida coerente com os dois mandamentos: amor a Deus e ao próximo.

Diante da parábola do bom samaritano, também nós podemos procurar justificativas para nossa falta de iniciativa: os tempos são outros; hoje há muita violência... Nós nos reservamos por medo de magoar, ofender, sermos intrusos, sermos mal interpretados, por indiferença e por omissão. Podemos também não nos sentir corresponsáveis por aquilo que acontece com as pessoas na sociedade. O papa Francisco, no Ano da Misericórdia, alertava-nos sobre as situações de precariedade e os sofrimentos do mundo atual:

Quantas feridas gravadas na carne de muitos que já não têm voz, porque o seu grito foi esmorecendo e se apagou por causa da indiferença dos povos ricos. A Igreja é chamada ainda mais a cuidar dessas feridas, a aliviá-las com o óleo da consolação, a enfeixá-las com a misericórdia e tratá-las com a solidariedade e a atenção devidas [...]. As nossas mãos apertem as suas mãos e estreitemo-las



a nós para que sintam o calor da nossa presença, da amizade e da fraternidade. Que o seu grito se torne o nosso e, juntos, possamos romper a barreira de indiferença que frequentemente reina soberana para esconder a hipocrisia e o egoísmo (*Misericordiae Vultus*, §15).

Durante esta semana, que possamos ter presentes no coração estas perguntas: Como nos fazer próximos dos irmãos e irmãs, sobretudo daqueles que necessitam da nossa misericórdia? O nosso agir cristão é perpassado pela nossa experiência de sermos amado/as e redimido/as por Jesus Cristo, o Senhor da nossa vida?

16º DOMINGO DO TEMPO COMUM
21 de julho

Acolher e hospedar o outro em nosso coração

I. Introdução geral

O tema central das leituras é a acolhida gratuita e generosa de todos, pois quem acolhe as pessoas está acolhendo o Deus da vida (I leitura). Essa temática também perpassa o evangelho, em que Jesus apresenta a importância de dar prioridade à pessoa e aponta para a superação dos preconceitos impostos pela sociedade, ao discriminar o estrangeiro, o peregrino, a mulher. Esse acolhimento universal e a abertura da mensagem salvífica para todos constituem o “mistério escondido por séculos e gerações” e plenamente revelado em Jesus Cristo (II leitura).

II. Comentários dos textos bíblicos

1. I leitura: Gn 18,1-10a

O texto de Gn 18,1-10a descreve uma teofania, uma manifestação de Deus, tendo

como primeiro tema a hospitalidade (cf. vv. 1-8), que se conclui com o anúncio do nascimento de Isaac (cf. vv. 9-10a). No relato percebe-se uma ambiguidade, porque primeiramente se diz que o Senhor apareceu a Abraão, mas este vê, na verdade, três homens. Como o tema é a hospitalidade, podemos afirmar então que quem acolhe o irmão é como se acolhesse o próprio Deus. Por outro lado, a leitura também nos ensina que Deus é imprevisível, revela-se de forma insólita e aparece nas horas mais “impróprias”, do ponto de vista do ser humano.

Abraão – estrangeiro, ancião e casado com uma mulher estéril – é o homem ao qual Deus promete terra e descendência. O relato se inicia com Abraão quase cochilando na entrada da tenda, no momento mais quente do dia, após sua circuncisão (cf. Gn 17). Contudo, ao ver os viajantes, corre-lhes ao encontro e se apresenta como um servo. Os três homens aceitam a oferta de acolhida e passam a saborear a hospitalidade do anfitrião. Este lhes oferece o que há de melhor, um banquete, mesmo inicialmente prometendo tão pouco: água para lavar os pés, uma árvore para descansar e um pouco de pão (cf. vv. 4-5). Apesar de sua condição de ancião convalescente e de a hora ser a de maior calor do dia, Abraão põe-se totalmente à disposição dos hóspedes. Isso é expresso pelo seu movimento constante a fim de proporcionar a melhor acolhida, numa rapidez invejável, movimentando também sua esposa e seus servos. Por fim, o anfitrião permanece em pé junto aos hóspedes, em sinal de disponibilidade. É nesse momento que o Senhor anuncia o nascimento de Isaac, concedendo a Abraão e Sara o que era impossível. É uma cena familiar, mas a sua solenidade está na disponibilidade de Abraão, que faz tudo rápido, na sua cortesia e na qualidade da comida oferecida. E é nessa sobriedade, simplicidade, que Deus anuncia algo sole-



ne, importante, fundamental para a vida do casal: o cumprimento da promessa, o nascimento de um filho.

Abraão só pode receber bem esses hóspedes porque é seu costume receber assim as pessoas, é alguém sempre disposto a acolher. A imagem de Abraão como paradigma da hospitalidade se encontra também num *Midrash* (contos judaicos) que diz o seguinte: “A casa de Abraão estava sempre aberta para todas as pessoas, para as pessoas em passagem, para os imigrantes e refugiados. Sempre chegava alguém para comer e beber à sua mesa. A quem chegava com fome, ele dava de comer, e a pessoa comia e bebia e ficava saciada. Quem chegava sem veste em sua casa era revestido, e todos aprendiam a conhecer a Deus, criador de todas as coisas”. Na literatura judaica, também se diz que a tenda de Abraão tinha quatro saídas, por causa dos quatro pontos cardeais, acolhendo, portanto, qualquer um que vinha e de qualquer lugar. Abraão não somente acolhe, mas intui quais são as necessidades do seu hóspede, sabe o que lhe faz sofrer e tenta encontrar formas de eliminar o seu sofrimento.

Deus se revela na simplicidade, conversa com o patriarca, acolhe a delicadeza de Abraão. O Senhor se apresenta como um hóspede, um estranho, sem identidade, um anônimo, um peregrino. É interessante notar que os elementos escolhidos para descrever essa teofania são completamente diferentes daqueles que poderíamos esperar de uma experiência espiritual ou mística, pois Deus se manifesta no rotineiro, na cotidianidade, sem efeitos cinematográficos.

2. Evangelho: Lc 10,38-42

Ao mencionar a entrada de Jesus num povoado e a acolhida que ele recebeu, o autor nos recorda que Jesus continua a sua viagem rumo a Jerusalém. Num vilarejo, Jesus é acolhido por duas mulheres: Marta e

Maria. O “sentar-se ao pé de Jesus para escutar” é expressão típica de Lucas para referir-se à atitude do discípulo. A tradição rabínica proibia ensinar a uma mulher os segredos de Deus, bem como a leitura e a explicação dos textos da Torá (sobretudo o texto do Pentateuco) e da tradição judaica. Às mulheres somente cabia conhecer os preceitos negativos, ou seja, o que elas não deveriam fazer. Jesus parece não se importar com essa proibição, dado que não discrimina, considerando todos dignos do amor de Deus e de seus ensinamentos. É uma cena paradigmática, na qual Maria representa a discípula, sentada aos pés do Mestre, e Marta simboliza aqueles/as preocupados com o serviço, em exercer a diaconia. Jesus reprova Marta não por causa da diaconia, do serviço em si, mas pela ansiedade em realizá-lo. O importante é a escuta do Mestre, é procurar antes o Reino de Deus, pois tudo mais será acrescentado (cf. Lc 12,31).

A única coisa necessária é acolher o dom enviado por Deus para revelar seu plano: Jesus. Desse modo, Jesus não critica o comportamento de Marta nem justifica a atitude de Maria, mas evidencia que o que importa é a escuta da sua Palavra, a total disponibilidade e docilidade para acolher o Reino de Deus; o restante não é condenado, mas relativizado. O importante é acolher o dom que é Jesus Cristo. É hospedar suas palavras em nosso coração e assim poder construir o Reino, que acolhe a todos, sobretudo os marginalizados, os excluídos.

3. II leitura: Cl 1,24-28

Este trecho da carta aos Colossenses dá continuidade ao tema presente no hino cristológico da segunda leitura do domingo passado. Como já foi mencionado, essa carta não é considerada protopaulina, ou seja, não foi escrita por Paulo, mas provavelmente por um discípulo seu. O v. 24 apresenta a missão de Paulo, que consiste em anunciar



o evangelho. A frase “procuro completar na minha própria carne o que falta das tribulações de Cristo” não deve ser interpretada como se o apóstolo precisasse completar algum sofrimento na paixão de Cristo, como se o sofrimento enfrentado por Jesus fosse incompleto; Paulo deseja dizer que é necessário completar ou levar até o fim seu próprio itinerário, que ele chama de “tribulação de Cristo em minha carne”. A “tribulação de Cristo” não se refere, portanto, ao sofrimento de Jesus nem à sua paixão, mas à participação no mistério pascal por meio da perseguição e dos conflitos enfrentados pela fidelidade ao seguimento de Cristo e pela perseverança na missão.

Outro tema de necessário aprofundamento é o “mistério escondido por séculos e gerações”. Esse mistério é a revelação de Deus em Jesus Cristo, o evento histórico-salvífico de sua paixão, morte e ressurreição; mas é também o anúncio da salvação e do evangelho a todas as nações – ou seja, todos são acolhidos e a mensagem salvífica deve ser dirigida a todos (cf. v. 27). O autor continua a afirmar que a missão é constante, pois sua meta final é a comunhão com Cristo no fim dos tempos.

III. Pistas para reflexão

A hospitalidade, para a cultura judaica, é um mandamento, um dever religioso vinculado à caridade, uma herança dada por Abraão. O hóspede é alguém sagrado, e acolhê-lo é acolher o próprio Deus. Ser responsável pelo outro é ser representante da gratuidade de Deus. Por conseguinte, negar a hospitalidade é negar o encontro com o Senhor. Para nós, cristãos, é um valor evangélico. Hospedar não é somente dar um prato de comida, um local para dormir, ou abrir as portas de nossa casa, de nossa paróquia, mas é acolher o outro em nosso coração, reconhecê-lo como alguém, como a presença de Deus, que vem ao nosso encontro. Isso exige

uma mudança do nosso modo de pensar, exige compartilhar nossa vida, dar espaço para estarmos juntos, ser tolerantes, sair do nosso comodismo, das nossas justificativas, enfrentar o desconhecido, ter o acolhimento como um estilo de vida, a exemplo de Abraão (I leitura). É aprender a hospedar o peregrino, o migrante, as pessoas que sentimos maior resistência a acolher. É também acolher Jesus e a novidade de sua Palavra, que nos desacomoda, interpela (evangelho), e anunciá-la com a nossa vida em todo tempo e lugar (II leitura). Além dessas interpelações, podemos nos perguntar: o acolhimento, a hospitalidade, são para nós um estilo de vida? O acolhimento e a hospitalidade são características do nosso grupo, da nossa pastoral, da nossa comunidade? Como estamos acolhendo a novidade do evangelho, que é dado para todos?

17º DOMINGO DO TEMPO COMUM

28 de julho

Senhor, ensina-nos a rezar!

I. Introdução geral

Nesta liturgia nos é apresentada a importância da oração. A I leitura descreve a intercessão de Abraão em favor de Sodoma e Gomorra. Essa oração nos revela a sua preocupação com o povo, não com seus interesses pessoais. Jesus nos ensina a rezar, a pedir com insistência e confiar no amor de Deus, que, como um Pai, dará coisas boas a seus filhos, dará o Espírito Santo (evangelho). Essa confiança no amor de Deus, na atuação do Espírito em nós e na participação da vitória definitiva de Cristo inicia-se no batismo, mas somos convidados a crer cada dia na salvação dada por Deus, por meio do seu Filho (II leitura), e ter a coragem de construir o Reino de Deus, que é de partilha, perdão e vida para todos (evangelho).

II. Comentários dos textos bíblicos

1. I leitura: Gn 18,20-32

O relato dá continuidade à narrativa anterior, na qual Abraão acolhe as três pessoas em Mambré (entre as quais está Deus). Enquanto as outras duas seguem seu caminho, Deus permanece com Abraão, informa-o sobre a realidade de Sodoma e Gomorra e compartilha suas preocupações e objetivos, como um amigo (cf. vv. 18-21). O tema do diálogo é o pecado dos habitantes dessas cidades, que consiste na injustiça cometida por toda a população e em todos os âmbitos. O clamor dessa injustiça chegou até Deus, que por isso desce para comprovar o pecado de Sodoma e Gomorra. Ele se apresenta como o justo juiz, que discerne qual deve ser a sua atitude somente após verificar de perto a realidade. Nesse diálogo transparece a ousadia de Abraão, ao tentar negociar ou interceder pelas cidades, para que não sejam destruídas. Ele aproveita o tempo que tem para tentar mudar a vontade de Deus. Este esclarece que não irá eliminar os justos com os injustos e que os primeiros, por sua conduta, poderão salvar os segundos (cf. v. 26), independentemente do número de justos que houver na cidade. Nessa “negociação”, descobrimos o poder da intercessão, que vai além da justiça, e deparamos com um Deus capaz de dialogar, sabendo que, ao revelar seus planos, deve estar também disposto a mudá-los. Infelizmente, contudo, não foi possível conceder a salvação, apesar de todas as concessões do Senhor, pela ausência de justos naquelas cidades.

2. Evangelho: Lc 11,1-13

A oração de Jesus em Lc 11,2-4 se diferencia da que se encontra em Mt 6,9-13, provavelmente por pertencerem a tradições litúrgicas diferentes e os evangelhos terem públicos distintos. Há um estilo semelhante

A hora de Deus

A crise na vida cristã

Amedeo Cencini



352 págs.

Há quem afirme que o verdadeiro problema da vida religiosa ou sacerdotal reside no fato de muitos consagrados viverem tranquilamente situações críticas, sem aparentar nenhum incômodo. Para o autor, “seria verdadeiramente coisa boa aceitar entrar em crise, pelo menos uma vez”. Cencini nos explica justamente aquilo que torna a crise, como antecipa o subtítulo do livro, “uma hora de Deus”. E o faz mediante um caminho amplo e penetrante, oferecendo análise aprofundada e articulada dos possíveis percalços que ainda estão para se revelar em nossa caminhada.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 3789-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



às orações judaicas, mas a oração de Jesus traz elementos próprios da sua pregação e está intrinsecamente relacionada com a proximidade do Reino de Deus.

Jesus é apresentado como aquele que reza ao Pai, sobretudo, nos momentos decisivos (cf. v. 1). Neste texto, o evangelista reúne vários ensinamentos sobre a oração: ensina seus discípulos a rezar (cf. vv. 2-4), a orar com perseverança (cf. vv. 5-8) e com confiança (cf. vv. 9-13).

Em Lucas, há a preocupação de apresentar um contexto no qual os discípulos presenciam Jesus em oração. Ao vê-lo rezar, pedem-lhe que lhes ensine uma oração que caracterize seus seguidores, diferenciando-os do grupo de João Batista. Nota-se que o pedido dos discípulos não foi no início da caminhada, mas depois de presenciar vários momentos no qual o Mestre rezava. Isso também acontece conosco, quando percebemos que, ao redor de nós, há pessoas que rezam e desejamos fazer a mesma coisa.

A oração ensinada por Jesus é simples. Ela traz os elementos fundamentais da existência humana e expressa a relação afetiva entre o Pai e seus filhos. Sobretudo, apresenta como deve ser a relação entre os discípulos e Deus e quais são os elementos essenciais da pregação de Jesus. Os pedidos iniciais são dirigidos a Deus, tendo em vista a realização do seu Reino e a santificação de seu nome. Os demais contêm temáticas diferentes que dizem respeito às relações entre as pessoas: o pão, o perdão e a libertação da infidelidade.

Jesus se dirige a Deus como Pai, título atribuído a Deus no AT, ligado aos títulos de Criador e Senhor do povo. Evoca também a bondade e a misericórdia divina, por ser o Deus de Israel aquele que sempre está pronto a perdoar. Dirigir-se ao Pai provoca a abertura do orante a Deus, predispõe-no a assumir uma atitude de confiança, de comunhão e de proximidade e indica a responsa-

bilidade de ser filho. Chamar Deus de Pai é descobrir novo horizonte de vida e tomar consciência de que ele tem um projeto para nós. A santificação do nome parece mais com uma expressão de louvor e de esperança de que a santidade, a soberania e a ação salvífica de Deus sejam reconhecidas na história (cf. v. 2). O segundo pedido exprime o desejo de que o Reino de Deus, anunciado por meio das palavras e dos gestos de Jesus, seja plenamente manifestado. Para isso, entretanto, é necessário que o cristão esteja aberto ao projeto do Pai, totalmente em comunhão com sua vontade e comprometido com a construção de uma sociedade marcada pelos valores evangélicos. Os demais pedidos também têm como conteúdo problemas existenciais, mas são também sinais da realização do Reinado de Deus.

“Dá-nos a cada dia o pão” é um pedido que também envolve a comunidade suplicante, pois indica a necessidade constante da partilha, da solidariedade, da comunhão fraterna e da justiça social. Mais do que um pedido, é exortação a não acumular, não criar a desigualdade entre as pessoas. Expressa também a confiança incondicional dos cristãos no Pai, que destinou os bens do mundo a todos.

O quarto pedido, que tem como objeto o perdão, é voltado a Deus e é o único que é mediado pelo agir fraterno: “pois nós perdamos a todos os nossos devedores”. De fato, pedimos a Deus que nos perdoe os pecados cometidos contra ele, pois também nós fazemos a mesma coisa com os nossos irmãos. É importante sublinhar que com Jesus já recebemos o perdão dos pecados, mas, por nossa condição histórica, podemos pecar; assim, é necessário pedir a Deus tanto o perdão para o tempo presente quanto o perdão definitivo, no fim dos tempos. Nesse sentido, o último pedido exprime a consciência da fraqueza humana diante da tentação, por isso é necessário pe-



dir forças para resistir a ela. A grande tentação é justamente desanimar, abandonar o projeto do Pai, ser infiel na construção do Reino, não realizando a vontade de Deus (cf. Lc 22,46).

A oração conclui pedindo a Deus não que o discípulo não seja provado ou que não haja conflitos em sua caminhada, mas sim que tenha a capacidade de perseverar no seguimento, não obstante as tentações e dificuldades.

O evangelista apresenta, a seguir, duas parábolas. A primeira sublinha a atitude do amigo que foi importunado, para mostrar a necessidade de perseverar na oração (cf. vv. 5-8) e confirmar que Deus é mais disponível que o amigo. A finalidade do exemplo dado é teológica, ou seja, ele deseja apresentar o agir de Deus, bem como o fato de que Deus ouve nossa oração, pois é nosso amigo (1ª leitura). Na segunda parábola, Jesus afirma que o Pai é muito melhor que qualquer pai terrestre (cf. vv. 11-13). Ele nos dará o Espírito Santo, ou seja, realizará a promessa reservada para os tempos messiânicos ou para o fim dos tempos (cf. Jl 3,1-2; Is 11,4; 32,15; 59,21), concedendo ao discípulo o dom por excelência da salvação. O Espírito está ligado à vinda do Messias, sendo, portanto, o sinal de sua presença e do início da era messiânica. O Espírito também é aquele que estabelece a comunhão entre o Pai, o Filho e os membros da comunidade. Ele assume uma dimensão ética, sendo associado à caridade e à nossa configuração a Cristo. O Espírito Santo é que impulsionará e animará o discípulo e a discípula a dar continuidade ao projeto do Pai, revelado pelo Messias Jesus.

3. II leitura: Cl 2,12-14

Esses versículos pertencem a uma longa parte exortativa e teológica (cf. Cl 2,6-23). Nessa seção, é enfatizada a vitória de Cristo, apresentado como a revelação plena do Pai, sendo, portanto, o mediador de nosso en-

contro com Deus (cf. vv. 10-11). A salvação se dá no batismo (cf. vv. 12-13). Essa seção tenta exortar os cristãos de Colossas a não procurar a salvação em seres celestes, teorias filosóficas e práticas espirituais que estavam sendo propagadas na comunidade, mas em Jesus Cristo.

O autor dessa carta, diferentemente do que se encontra nas protopaulinas, exprime a concepção de que o batizado morre para o pecado e ressuscita com Cristo (cf. v. 12), porém receberá um corpo glorioso somente na parusia.

No batismo não se realiza a ressurreição no sentido físico, nem ele pode ser compreendido como participação na vida celeste, mas produz uma união especial com Cristo, pois o batizado participa da vitória final, a ressurreição de Jesus. Desse modo, vive em comunhão com Cristo e já possui a vida eterna. A escatologia não está realizada, mas o fiel definitivamente está unido com o Ressuscitado. Com a fidelidade a Cristo, o cristão vive uma existência nova que o habilita a descobrir, na história e na vida, a realização do projeto salvífico de Deus. O autor, no v. 13, descreve a condição de pecado dos gentios antes do batismo; ao aderirem a Cristo, porém, Deus lhes concede uma vida nova e lhes faculta a participação nos efeitos da paixão, morte e ressurreição de Jesus. Estes efeitos são a expiação dos pecados (cf. vv. 13-14) e a libertação. Desse modo, o/a batizado/a é convidado/a a deixar o pecado, a morte e a escravidão. Essa condição é sepultada por meio do batismo (morte para o pecado), e o/a batizado/a já ressuscitado/a assume uma vida nova, marcada pela liberdade de ser filha/o de Deus (cf. Cl 2,12-14). O autor faz os colossenses entender que, com a morte de Jesus na cruz, o amor de Deus pela humanidade já é revelado em sua grandeza. Cristo é o mediador pelo qual Deus se põe totalmente



à disposição da humanidade e no qual o ser humano pode experimentar a proximidade definitiva da salvação.

III. Pistas para reflexão

No evangelho, Jesus nos ensina a rezar, a pedir com insistência e confiar no amor do Pai. Esse amor é manifestado em seu Filho, com o qual nos unimos por meio do nosso batismo (II leitura). Ter no coração a plenitude do projeto do Pai, descrito na oração que Jesus nos ensinou, é ter sempre dentro de nós o constante apelo de entregar a nossa vida ao serviço do irmão. É desejar que, por meio de nós, esse Reino sonhado, querido, pedido constantemente em nossas orações se torne realidade em todos os recantos do mundo. Também é necessário, contudo, pedir a intercessão de Deus para aqueles que não creem em seu projeto (I leitura), acreditando que ele ouvirá nossas preces se forem feitas em nome de Jesus e tenham como conteúdo o Reino, o desejo sincero de cumprir sua vontade e se deixar guiar pelo seu Espírito. Diante da riqueza que nos foi oferecida nesta liturgia, podemos nos perguntar: em geral, o que pedimos a Deus? Qual é o conteúdo das nossas orações? Pedimos o Espírito Santo para a nossa vida, para nossos filhos e filhas, para a Igreja? O que significa para nós rezar comunitariamente a oração que Jesus nos ensinou? O projeto do Pai, descrito nos pedidos da oração que Jesus nos ensinou, afeta a nossa vida e a vida da nossa comunidade? Temos a preocupação de alimentar a nossa vida interior com a ora-

ção que Jesus nos ensinou? Nas comunidades primitivas, a oração que Jesus ensinou (Pai-nosso) era explicada somente após o batismo. Nesse sentido, podemos refletir: Qual é a relação entre ser batizado e rezar a oração que Jesus ensinou aos discípulos e que caracteriza aqueles que o seguem?

18º DOMINGO DO TEMPO COMUM

4 de agosto

Ser rico diante de Deus

I. Introdução geral

Este dia em que se recorda o falecimento de São João Maria Batista Vianney, de Ars, França – o Santo Cura de Ars (1786-1859), modelo de simplicidade e fé –, é também o primeiro domingo do mês dedicado às vocações na Igreja, entre as quais a presbiteral. Rezemos pelos presbíteros e peçamos a Deus que desperte vocações para os diversos ministérios existentes em nossas comunidades.

As leituras deste domingo trazem como tema a vivência ética do cristão. Assim, podemos iniciar a celebração nos perguntando: O que dá sentido à nossa vida? O que significa ser rico diante de Deus?

II. Comentários dos textos bíblicos

1. I leitura: Ecl 1,2; 2,21-23

O livro do Eclesiastes ou Coélet (Qohélet) foi provavelmente escrito na segunda



96 páginas

Reflexões sobre o sacerdócio

Carta a um jovem padre
Francis Cardeal Arinze

Ao longo das páginas deste livro, cada sacerdote acolherá o convite a refletir sobre o dom de Deus: encontrará motivos para sério exame de consciência, a fim de tomar decisões e se entregar com maior confiança nas mãos de Deus e da Igreja. Quem não é sacerdote aprenderá com este escrito a conhecer melhor as dobras do coração de um padre, a ponto de poder ajudá-lo a cumprir fielmente o ministério que lhe é confiado.

paulus.com.br

11 3789-4000 | 0800-164011

vendas@paulus.com.br



metade do século III a.C., no período da dominação grega. O autor parece ser um conhecedor da realidade, alguém crítico e realista. O tema desse livro é explicitado de forma sintética e solene no v. 2: “Ilusão das ilusões, tudo é ilusão”. A palavra traduzida por “ilusão” tem também, em hebraico, o significado de “fumaça”, “coisa vã”, “vazio”, “sem consistência”, “fugacidade”, “absurdo”. Por isso encontramos em algumas traduções a palavra “ vaidade”. A intenção do autor é ressaltar a condição efêmera, transitória, da vida humana. Ecl 2,21-23, trecho escolhido para a liturgia, está inserido no conjunto das reflexões sobre o esforço humano e seus resultados, especialmente sobre a acumulação de riqueza e o juízo negativo de tal procedimento. Após observar as diferentes realidades, o autor tenta resumir sua reflexão em Ecl 2,22-23, ou seja, chega à conclusão de que não vale a pena trabalhar desesperadamente, gastando a energia em afadigar-se e preocupar-se, se depois não se pode usufruir do fruto do próprio trabalho – quem fará isso será outro, que em nada colaborou. Este herdeiro, por não ter realizado nenhum esforço, esbanja tudo com a maior facilidade. Desse modo, Qohélet conclui que nada tem valor nem sentido e é vão se preocupar em trabalhar investindo numa busca desenfreada de acumular dinheiro ou riquezas. Quando chega o final dos dias, sem ter desfrutado, resta à pessoa somente a frustração de não ter gasto seu tempo em coisas realmente importantes, a saber: em usufruir do trabalho como um dom e um meio de subsistência, e não para acumular riquezas; em saborear a alegria da partilha, do encontro, do estar juntos para celebrar momentos significativos, para compartilhar a vida.

2. Evangelho: Lc 12,13-21

A parábola de Jesus presente neste texto de Lc 12,13-21 tem como ponto de partida o Reino de Deus e nos oferece pistas para res-

ponder à pergunta: como seria a vida humana se os valores do evangelho prevalecessem? Nesse sentido, percebemos que a novidade do Reino, normalmente, entra em contraste com as atitudes e a mentalidade humana. O evangelho começa com a súplica de uma pessoa, não identificada, para que Jesus intervenha numa questão de herança entre irmãos. Jesus se recusa a resolver essa questão, mas exorta a pessoa e a multidão a refletir sobre a raiz do problema, ou seja, o acúmulo de riquezas. Alguém movido pela ganância parte do pressuposto de que a abundância de bens e de riqueza lhe dará segurança, comodidade e irá manter a sua vida. No entanto, um projeto de vida fundamentado nessa concepção não tem solidez. Para ilustrar essa exortação, Jesus conta a parábola do homem rico, um proprietário de terras afortunado por ter realizado excelente colheita. Este, porém, em vez de considerar essa fartura como um dom a ser compartilhado, pensa somente em acumular. A mentalidade do proprietário tem como foco o seu mundo; ele se mostra completamente insensível às necessidades do outro e deposita a própria segurança em algo sem consistência. Quando pensa em usufruir egoisticamente sua vida, fazendo planos de armazenar riqueza, ironicamente morre naquela mesma noite. A pergunta que permanece é: quem ficará com o que ele acumulou? Essa conclusão aponta para a transitoriedade e a precariedade da vida. É uma parábola sapiencial que mostra que a verdadeira vida não se mede pela quantidade de bens ou de dinheiro em posse de determinada pessoa. A segurança da vida não está na riqueza acumulada. Portanto, a parábola não condena a riqueza nem o desejo do homem rico de viver de forma cômoda, mas desaprova sua insensatez de restringir a vida ao acúmulo de riqueza, avaliando sua existência à luz dos bens adquiridos, e não à luz de seu relacionamento com Deus e com o próximo. A riqueza também tirou do homem rico a



consciência de sua real condição de pessoa (cf. Sl 39,6-7). Ele esqueceu que todo o seu viver é marcado pela gratuidade de Deus e que os bens recebidos também são dons a serem compartilhados.

3. II leitura: Cl 3,1-5.9-11

O trecho de hoje da carta aos Colossenses (provavelmente escrita por um discípulo de Paulo) dá continuidade ao que foi dito na celebração do domingo anterior, que apresentava o sentido do batismo. Desta vez, o tema central é a vivência ética do cristão.

No batismo, participamos do mistério pascal de Cristo. Essa adesão a Cristo e essa participação em sua morte e ressurreição nos desafiam a viver os valores do evangelho, a viver conforme a fé professada e os dons recebidos. Desse modo, o batizado é orientado para “as coisas do alto”, ou seja, para tudo aquilo que Jesus anunciou por meio de suas palavras e gestos: a partilha, a solidariedade, o respeito, o despojar-se do pecado e o revestir-se dele, Cristo. Sublinha-se que se orientar pelas coisas do alto não significa desprezar o mundo, mas vê-lo como dom de Deus para a humanidade. De fato, aderir a Jesus supõe mudança de critérios. Significa ser realmente uma criatura nova, membro de uma comunidade que vive, no mundo, o Reino inaugurado por Jesus crucificado e ressuscitado. Assim, o Reino e Cristo tornam-se os critérios que pautarão o agir. Na lista dos vícios elencados no v. 5, além daqueles relacionados à imoralidade sexual, temos a cobiça ou a avareza – o desejo de acumular, chamado de idolatria pelo autor, pois pode ocupar o posto de Deus no coração das pessoas. Outro vício é a mentira, que entra em contraste com o evangelho, dado que este se caracteriza pela verdade. O autor retoma o tema do batismo para reforçar a seriedade desse sacramento, que não implica somente fazer morrer a mentalidade marcada pelo pec-

do, mas também revestir-se do novo, provocando real transformação no próprio ser. É verdadeiramente uma nova criação.

Por fim, o autor afirma que as divisões causadas pelas diferenças étnicas, culturais, religiosas e sociais não podem existir na comunidade cristã, pois todos nós somos um só em Cristo. Na comunidade, devem prevalecer a fraternidade, as relações humanas e justas. Enfim, todas as comunidades cristãs são chamadas a testemunhar a concretização do Reino de Deus na história.

III. Pistas para reflexão

Esta liturgia, a exemplo de outras, aponta-nos qual é o justo lugar dos bens, a necessidade de sermos livres diante deles e qual deve ser realmente o centro de nosso coração e de nossa vida. Denuncia toda cultura que propaga que a felicidade está em possuir bens, em ter no centro das preocupações e atenções o acúmulo de riquezas. Também algumas correntes religiosas propagam a teologia da prosperidade, que se revela completamente contrária ao evangelho anunciado por Jesus. Como vimos, o problema não está em desejar usufruir da vida, em ter determinados bens, nem em que o/a trabalhador/a receba seu salário e viva com dignidade, mas sim em depositar a segurança nas riquezas. Está em fazer desses bens o centro de nossa existência, tornando-nos insensíveis às necessidades de nosso irmão. De fato, ter a riqueza como o fundamento do nosso viver é sermos idólatras. Diante das leituras desta celebração, podemos refletir: onde estamos depositando nossa segurança, nossa esperança? Onde está o sentido de nossa vida? Somos ricos diante de Deus? Quais são as implicações éticas da nossa adesão a Cristo, do nosso ser batizados? Como testemunhamos que somos revestidos de Cristo na própria vida, na sociedade, no trabalho? Como testemunhar a vivência cristã diante das atitudes discriminatórias e das divisões



sociais, étnicas, raciais, culturais e religiosas presentes na sociedade? Essas divisões ainda estão presentes em nossa realidade eclesial, paroquial ou comunitária?

19º DOMINGO DO TEMPO COMUM

11 de agosto

Não tenhais medo! Deus é fiel

I. Introdução geral

No segundo domingo do mês vocacional, recordamos a vocação à vida em família. A liturgia sintetiza importantes eventos da história da salvação: as grandes fases do itinerário de Abraão e sua confiança incondicional em Deus (II leitura); a ação salvífica de Deus no êxodo (I leitura); a liberdade proveniente da nossa adesão a Cristo e a confiança na realização do Reino de Deus e na parusia. Somos exortados também à prontidão e à responsabilidade em construir o Reino de Deus, que é de partilha e de serviço, características daqueles que seguem o Messias Jesus, o Filho de Deus (evangelho).

II. Comentários dos textos bíblicos

1. I leitura: Sb 18,6-9

O livro da Sabedoria foi escrito no final do século I, por volta dos anos 50 a 30 a.C. O contexto era bastante conflituoso para a cultura judaica, que tentava manter-se fiel às suas tradições culturais e religiosas estando em Alexandria, no Egito, fora da sua terra. Esse contexto marca os versículos escolhidos para esta liturgia, os quais fazem parte da sessão formada pelos capítulos 10-19, que enfatizam a ação da sabedoria divina na história do povo de Deus.

O texto de Sb 18,6-9 constitui um conjunto no qual se descreve a grande noite da primeira festa da Páscoa no Egito.

É um evento importante, porque recorda a libertação do povo escravizado com o objetivo de mantê-lo perseverante diante das inúmeras perseguições no decorrer da história. Por outro lado, é uma noite trágica para os egípcios, uma noite de condenação para os opressores. A ênfase na expressão “naquela noite” justifica-se por ser o marco do início da experiência de Israel como um povo livre, consagrado ao Senhor. Os atos salvíficos realizados nessa noite, para o autor, seriam o cumprimento da promessa dada aos patriarcas (cf. Gn 15,13-14). Menciona-se também a preparação realizada por Moisés para que o povo estivesse consciente de tudo que iria acontecer e permanecesse firme e animado (cf. Ex 12,21-23). Para Israel, sua escolha, sua libertação e sua constituição como povo de Deus fazem parte de um único acontecimento salvífico (cf. v. 7). Por isso a insistência em não esquecer esse evento libertador. Essa ação salvífica também comprova que Deus é fiel às suas promessas e que é possível confiar na vitória, não obstante o peso da opressão, a realidade de escravidão e de perseguição (cf. v. 8).

A primeira ceia do cordeiro, recordada no v. 9, torna-se o modelo da Páscoa judaica, sendo considerado um sacrifício em honra ao Senhor Deus (cf. Ex 12,21.27). É nessa ceia que se firma um pacto com Deus e se consolida a comunhão entre os participantes, a qual será necessária durante a travessia pelo deserto. Essa solidariedade entre os membros da comunidade, ao compartilhar os bens, as alegrias, a dor e o sofrimento, expressa também a solidariedade de Deus para com seu povo.

O autor faz memória desse evento significativo para o povo de Israel com a finalidade de manter o povo fiel às suas tradições, preservar a sua identidade como povo escolhido por Deus, diante das ameaças da opressão cultural do império greco-romano.



2. Evangelho: Lc 12,32-48

As exortações presentes nesses versículos estão ligadas ao tema da riqueza, aprofundado no domingo anterior, e fazem parte de longa exortação de Jesus aos discípulos, dizendo-lhes que não precisam se preocupar com aquilo que serve à vida, porque esta vale mais do que as coisas que a sustentam, e o importante é “buscar o Reino de Deus”, pois tudo mais será acrescentado (v. 31). A confiança do discípulo e a exigência de ser livre nascem de sua adesão a Jesus Cristo e de seu compromisso com o Reino. Esse Reino é um dom gratuito, ofertado à comunidade escolhida por Deus, apesar de ser pequena, ameaçada e indefesa (cf. v. 32). A qualificação “pequenininho” demonstra que Jesus não está falando do povo de Israel, mas dos discípulos.

A imagem do “rebanho”, comum no AT para qualificar o povo eleito, aponta para a visão de Deus como pastor e para a consciência de estar sob a sua proteção. Por isso não deve haver temor, pois os destinatários do Reino do Pai são os seguidores de Jesus. Estes são os beneficiários da bondade e da salvação (cf. Dn 7,27), são os destinatários da promessa messiânica e escatológica realizada por Deus e anunciada pelos profetas. Esse Reino se manifesta na partilha dos bens (cf. v. 33), na atitude de ter Deus como centro da comunidade, e não os interesses mesquinhos dos membros.

Repartir os bens e dar aos pobres deve ser a real preocupação dos discípulos, pois o tesouro no qual devem pôr o coração é o próprio Reino de Deus. Dessa forma, Jesus mostra que os bens são efêmeros, pois somente a fé em Deus responde plenamente à vocação profunda do ser humano.

Como vimos na reflexão do domingo anterior, não é possível apoiar-nos na riqueza para nos sentirmos seguros, mas somente em Deus. O “vender os bens e dar aos pobres” é exortação que parte da sensibilidade do discípulo ao sofrimento do irmão neces-

sitado. Os bens são necessários, sem dúvida, mas não devem ser o centro da vida de um cristão, não devem ser aquilo que ocupa seu coração e suas preocupações.

Lc 12,35-48 pode ser subdividido em dois temas: a vigilância e prontidão diante da imprevisibilidade da vinda do Filho do homem (cf. vv. 35-40) e a necessária fidelidade e responsabilidade dos líderes da comunidade (cf. vv. 41-48).

A chegada imprevista do senhor e sua demora, mencionadas nas parábolas nos vv. 35-48, estão relacionadas à parusia, ou seja, à vinda do Senhor no fim dos tempos. Inicialmente se pensava numa parusia iminente, o que não aconteceu. Isso acabou desanimando as comunidades, e então surgiu a tentação de abandonar o seguimento. Outra causa de desânimo poderiam ser as dificuldades internas, como é possível perceber no texto, e as perseguições externas. Por isso o evangelista exorta a comunidade a ser fiel, constantemente vigilante, a ficar de prontidão, permanecendo confiante nos ensinamentos de Jesus. A prontidão é uma atitude do cristão, e a vigilância não deve ser penosa, não é obrigação, mas expressão do amor por aquele que se espera. Isso se explicita quando, na parábola, o senhor chega não para ser servido, mas para servir. Essas são atitudes próprias do Reino anunciado por Jesus (cf. Lc 22,27.29-30).

O autor termina a parábola recomendando que a comunidade permaneça vigilante, pois a vinda do Filho do homem pode ser imprevista. A comunidade não sabe quando será essa vinda, porém uma coisa é certa: ele virá. Esse senhor é Jesus, que veio para revelar o projeto salvífico do Pai e entregou a sua vida por fidelidade à vontade de Deus. Desse modo, é necessária uma espera ativa da parusia, pois os cristãos já foram salvos por Cristo e têm a responsabilidade de construir esse Reino. É o que será confirmado na segunda parábola, após a pergunta de Pedro.

A segunda parte apresenta como deve ser a atitude do responsável pela comunidade (cf. vv. 41-48): caracterizar-se pelo serviço, pela fidelidade à vontade do seu Senhor, e não abusar do poder que lhe foi confiado, pois a atitude opressora não faz parte do Reino pregado por Jesus. Àqueles que assumem uma postura opressora, identificados com o chamado servo irresponsável, é prometida uma ruína definitiva. Portanto, os/as discípulos/as e os/as batizados/as são os/as servos/as aos/as quais muito foi confiado; ou seja, Deus dá o seu Reino, mas cabe a cada um e a cada uma ser fiéis ao muito que lhes foi confiado.

3. II leitura: Hb 11,1-2.8-19

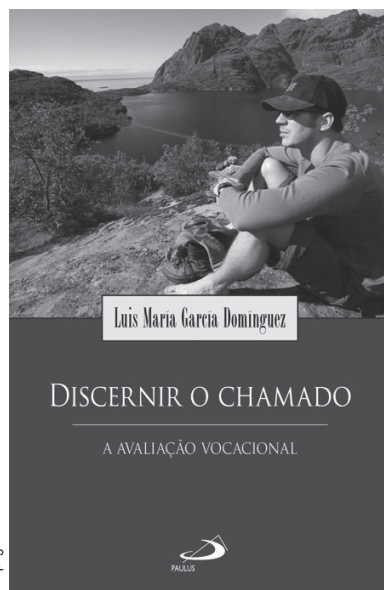
Nesse texto, que pertence a uma unidade maior (cf. 11,1-12,13), o autor faz uma releitura da história da salvação para demonstrar a eficácia da fé e a perseverança de grandes personagens da história de Israel. A perseverança que orientou esses grandes homens e mulheres do passado estava baseada na esperança da manifestação do Reino de Deus e na promessa do Deus fiel (cf. 11,11).

Hb 1,1 apresenta um conceito de fé resultante dos vários exemplos dados de pessoas fiéis à vontade de Deus: “fé é um modo de já possuir o que ainda se espera, a convicção acerca de realidades que não se veem”. Percebe-se que é uma fé entrelaçada com a esperança. Os vv. 8-19 traçam todo o itinerário de fé percorrido por Abraão e por Sara. Na tradição judaica, Abraão é o “justo” e, para a tradição cristã, é o pai da fé. São identificadas três fases no seu caminho espiritual e no caminho de Sara: a partida de Ur para uma terra que o Senhor iria indicar (cf. 11,8-10); a espera pelo cumprimento da promessa da descendência, apesar de ser de idade avançada e a esposa estéril (cf. 11,11-12); a prova à qual Deus o submete e sua aceitação do sacrifício de seu filho único (cf. 11,17-19). Nos vv. 13-16,

Discernir o chamado

A avaliação vocacional

Luis María García Domínguez



272 págs.

Toda vocação exige de quem a experimenta uma reflexão prolongada, uma decisão ponderada e uma opção perseverante. Mas todo discernimento cristão pessoal tem uma dimensão eclesial e requer o discernimento ampliado de alguma instância exterior ao sujeito, bem como de uma comunidade eclesial determinada, que confirma ou contrasta o resultado a que o sujeito tenha chegado. Estas páginas abordam esse discernimento e o exame da vocação de especial consagração no ministério ordenado e na vida consagrada, oferecendo uma metodologia concreta para a avaliação vocacional.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Abraão é apresentado como o paradigma daquele que acredita mesmo sem ter nenhuma garantia. Em Hb 11,8, aparece a única indicação da sua vocação: “pela fé, Abraão, ao ser chamado, obedeceu e partiu para uma terra que havia de receber por herança, e partiu sem saber para onde ia”.

O chamado de Deus a Abraão inicia-se com um “partir”, aos 75 anos e com a mulher estéril, sem conhecer o itinerário nem o Deus que o envia. Pôr-se a caminho não é mero deslocar-se nem seguir uma ideia, mas – por envolver obediência a uma ordem divina – é um envio. Não é um partir para sobreviver e assegurar a continuidade do clã, mas sim para realizar o que Deus quer. Neste seu “partir” transparece o “deixar”: são necessários sucessivos desprendimentos. Abraão deve deixar uma realidade geográfica (terra), uma cultura (pátria), um lugar específico (a casa) e os deuses de seus pais (religião). Ele é chamado para algo extremamente genérico: formar um grande povo e ter uma terra. Mas qual terra? Qual povo? Como, sem filhos? Ou seja, deve deixar suas seguranças sem ter nada preestabelecido, definido, calculado. Partir sem conhecer o itinerário. Ao ser convidado a deixar o que tem, é chamado a mudar desde a maneira de viver até a própria imagem que faz de Deus e confiar. Assim sendo, a Palavra de Deus manifesta-se, desde o início, como totalizante na vida de Abraão. Dessa forma, este se torna o paradigma de toda vocação.

Abraão não é chamado para algo específico. Não temos a indicação clara daquilo que Deus lhe pede; deve simplesmente caminhar e esperar. Por isso, ele é o pai da fé. Não precisa fazer nada, somente confiar. Deus lhe pede uma ruptura com o passado, tendo uma única certeza para o futuro: “a promessa”. Abraão assume o risco para submeter-se àquilo que Deus quer. É um grande risco, mas confia, desamarrando-se dos seus medos, de sua condição limitada, de sua

condição cômoda, e partindo para o desconhecido, o incerto. Na segunda fase, o texto enfatiza sua idade avançada e a esterilidade de Sara; contudo, mesmo nessas condições desfavoráveis, há a confiança em que, desses corpos marcados pela morte (de Abraão e Sara), nascerá uma multidão (cf. v. 12). Por fim, o ápice da fé: obedecer ao pedido de Deus para que sacrifique Isaac, pedido que contradiz a promessa e sua visão de Deus. Abraão, porém, não hesita e continua confiando. A conclusão, no v. 19, é uma releitura cristã desse terceiro momento de Abraão, visto como antecipação profética daquilo que acontecerá com Jesus, ao entregar a sua vida e ressuscitar. Por isso a fé não é um conjunto teórico de doutrinas a ser assimilado ou compreendido intelectualmente, mas é acreditar no imenso amor de Deus revelado em Jesus Cristo, que nos permite viver numa relação profunda com Deus, tendo a certeza da vitória sobre a morte e a garantia da ressurreição e confiando na promessa de sua vinda, quando o mundo será plenificado por sua presença, porque o Pai é fiel.

III. Pistas para reflexão

As leituras desta celebração põem em foco a eficácia da fé e a necessidade de manter-se perseverante, não obstante os conflitos e as condições desfavoráveis. O povo no Egito, diante da força e da opressão do faraó, acreditou na libertação e na eleição. Abraão e Sara deixaram sua vida segura e partiram, como estrangeiros, rumo a uma terra que seria indicada no decorrer da caminhada, confiando na promessa de descendência, embora ambos fossem de idade avançada e estéréis. Igualmente, essa confiança é exigida do discípulo, que é exortado a não temer, a perseverar no seguimento de Jesus, mas também a se despojar das suas certezas, dos seus bens, para trilhar o caminho incerto do seguimento. Para refletir sobre essas leituras, podemos nos perguntar: o que significa



acreditar em Jesus Cristo e na promessa da sua vinda, no fim dos tempos? Quais são os nossos limites para “partir” e “deixar”? Quais medos nossos causam resistência à fé? Que tipo de “administrador” ou “administradora” somos: aqueles que esperam o Senhor chegar com responsabilidade, prontidão, vigilância, aqueles que servem, ou aqueles voltados para os próprios interesses? Do que é necessário despojar-nos, a que precisamos renunciar para ser mais livres no seguimento de Jesus Cristo? Quais são os exemplos de fé e perseverança que temos em nossa família, na comunidade? Quais conflitos e crises enfrentamos em nossa família, e como as leituras desta liturgia podem nos ajudar?

ASSUNÇÃO DE NOSSA SENHORA

18 de agosto

A minha alma engrandece o Senhor

I. Introdução geral

A assunção de Maria, como dogma, foi definida em 1950, durante o pontificado de Pio XII, numa bula papal intitulada *Munificentissimus Deus*. O fim da vida de Maria não aparece nos textos bíblicos, razão pela qual esse dogma não é aceito pelos ortodoxos nem pelas igrejas de tradição evangélica (os protestantes). A exaltação de Maria ao céu foi difundida no século VI, no Oriente, por meio da celebração da chamada “dormição de Maria” – uma forma de mencionar a sua morte e dizer que ela ressuscitou em corpo e alma, isto é, em sua totalidade como pessoa, não seguindo a antropologia grega neoplatônica que defendia a separação entre corpo e alma. Durante séculos, o povo celebrou essa devoção baseada nos textos chamados apócrifos, ou seja, em escritos que a Igreja Cató-

lica Apostólica Romana não considera inspirados e, por isso, não fazem parte da lista dos livros presentes em nossa Bíblia. Em tais textos, há o relato de que Maria teria recebido, por meio de Jesus, o anúncio de sua morte com antecedência e todos os apóstolos se reuniram em torno de seu leito. Maria morre, é sepultada, e Jesus a ressuscita, sendo elevada ao céu. A palavra “assunção” significa ser assumida por alguém; assim, Maria é assumida por Deus em sua glória, estabelecendo-se estreita união entre Jesus e sua mãe, com o compartilhamento também do mesmo destino (a ressurreição). Nesta solenidade da Assunção, no mês vocacional, também recordamos todos os religiosos e religiosas. Que eles e elas possam ter Maria como modelo de discípula, de seguimento no amor a Deus e de serviço ao próximo, sendo sinais proféticos na sociedade, denunciando tudo que é ligado à morte e anunciando a vitória da vida.

II. Comentários dos textos bíblicos

1. I leitura: Ap 11,19a; 12,1.3-6a.10ab

O livro do Apocalipse não tem a intenção de retratar o que acontecerá no fim do mundo, mas foi escrito para animar as comunidades, que, em tempos de crise, duvidavam se deviam ou não continuar no seguimento de Jesus, tendo em vista a perseguição e a comodidade oferecida àqueles que seguissem a mentalidade do império. Portanto, este livro tem a finalidade de animar as comunidades e, ao mesmo tempo, recordar as exigências do seguimento de Jesus, bem como sua incompatibilidade com a mentalidade opressora.

O trecho escolhido para esta liturgia pertence à seção dos três sinais. Ap 11,19 menciona o templo celeste que revela a arca da aliança, lugar da manifestação divina e símbolo da proximidade e do encontro com Deus. Ao mencionar a arca da aliança,



provavelmente o autor visa mostrar que Deus se manifesta quando estamos dispostos a cumprir a sua vontade.

A mulher que aparece em Ap 12 pode ser interpretada como a comunidade perseguida ou o povo de Deus. Houve, na história da interpretação deste texto, a identificação da mulher com Maria, ao relacionar Ap 12,1 com Is 7,14. Por isso, essa leitura é escolhida nesta festa da Assunção. Nos estudos atuais, porém, essa relação parece forçada, pois os outros elementos apresentados no decorrer do capítulo não encontram ressonância no texto de Isaías mencionado.

Aparece um grande sinal, que indica que algo importante deve acontecer. Esse sinal aparece no céu, ou seja, na esfera divina. Surge a mulher, que representa o povo de Deus. Essa mulher é envolvida pela presença de Deus, pela proteção divina, por sua luz (cf. Is 60,1), por sua glória (“vestida de sol”), mas ainda caminha na história humana (“lua debaixo dos pés”). A coroa com 12 estrelas nos remete às 12 tribos de Israel e aos apóstolos; portanto, pode representar a junção entre o povo da antiga e o da nova aliança, o povo de Deus em sua totalidade. Essa mulher está grávida, o que provavelmente é uma alusão ao Messias, e está ligada a Deus (simbolismo das vestes).

Aparece outro sinal, o dragão, que simboliza o mal, o caos, as trevas, a morte e é o contrário da glória, da luz que envolve a mulher. Também pode ser interpretado como satanás, ou seja, como tudo o que é hostil ao Reino de Deus. Possui poder (sete cabeças, sete diademas), mas é limitado (dez chifres). A cauda que varre as estrelas do céu pode ser tanto aqueles que se afastam do seguimento de Jesus, dado que as estrelas pode representar o povo de Deus, como o seu poder de matar. O dragão, símbolo do poder e da morte, coloca-se diante da mulher bonita, esperando devorar o Messias, que é o símbolo do serviço, da vida, mas também é aquele que

tem autoridade sobre as nações, sendo apresentado como um Messias rei (cf. v. 5; Sl 2). O Filho levado para junto de Deus e de seu trono simboliza a vitória sobre a morte, a ressurreição, o triunfo da vida. A mulher levada para o deserto representa a proteção de Deus, mas também alude à experiência do êxodo e à libertação do povo opressor. Diante dessa vitória da vida e da libertação da opressão, o autor termina com um grande louvor a Deus por sua salvação e anuncia a sua soberania e a realeza de Cristo (cf. v. 10).

2. Evangelho: Lc 1,39-56

A narrativa começa com Maria se dirigindo apressadamente à casa de Isabel, num povoado da Judeia.

O encontro das duas mulheres grávidas prefigura a relação estreita entre os filhos que carregam: Jesus e João, o Messias e seu precursor. A saudação de Maria faz João pular de alegria no ventre da mãe. Com este sinal, e ao receber o Espírito Santo, Isabel torna-se capaz de compreender e de interpretar o significado daquilo que está ocorrendo. Sente-se privilegiada e compreende profundamente a graça de Deus, presente nesse encontro, pois intui que aquela que tem diante de si é a mãe do Messias. De fato, Maria carrega o Santo em seu ventre, aquele que é a fonte de todas as bênçãos, e traz a alegria prometida para os tempos messiânicos. Ela é, portanto, a portadora da presença salvífica dentro da casa do casal Zacarias e Isabel e para toda a humanidade.

A resposta de Isabel à saudação de Maria é composta de várias frases do AT. A primeira frase nos remete a Jt 13,17-20 e a segunda pode nos remeter à expressão de Davi diante da arca da aliança em 2Sm 6,9 ou 2Sm 24,21. Ao considerar a segunda frase e 2Sm 6,9, podemos afirmar que Isabel a vê como a arca santa que carrega a misteriosa presença do Senhor em seu seio. Apesar de ser uma interpretação sugestiva, alguns



estudiosos a criticam porque a arca é levada por Davi pelo seu poder de matar. Outra possibilidade de interpretação é considerar o texto de 2Sm 24,21, em que Davi compra o terreno de Areúna, que será depois o local do Templo de Jerusalém, e então ver Jesus como o lugar da presença de Deus. Assim, Maria é bendita, porque carrega em seu seio aquele que é Bendito, o seu Senhor, mas também porque é fiel e porque acredita e acolhe a Palavra de Deus (cf. Dt 28,1.4). Ao mesmo tempo, Maria confirma a eficácia da palavra do anjo Gabriel (cf. Lc 1,26-38).

A bem-aventurança destinada a Maria (cf. v. 45) é também destinada a todos os cristãos, que escutam a Palavra de Deus e a põem em prática (cf. Lc 8,21; 11,27-28).

O Magnificat é um canto de agradecimento pelo agir salvífico de Deus na história de Israel, tendo seu ápice no envio do seu Filho, Jesus Cristo.

O canto inicia-se com a proclamação da grandeza do Senhor, ao sintetizar as maravilhas que ele realizou em Maria e a misericórdia divina, que abarca toda a história, todo o tempo (sempre) e toda a humanidade (de geração em geração).

No v. 47, Deus é nomeado como o Salvador. Esse título, no Antigo Testamento, está relacionado com as ações realizadas por ele na história, sobretudo quando liberta o seu povo (cf. Is 45,15.21) e na criação. No período pós-exílico, foi vinculado à era messiânica (cf. Is 45,17; 49,6; 62,1). No Evangelho segundo Lucas, refere-se à realização das promessas feitas no AT por meio de Jesus Cristo (cf. Lc 2,11).

Maria, no v. 48, apresenta o motivo do seu louvor a Deus: o olhar deste para a sua humildade. Essa expressão nos remete à anunciação (cf. Lc 1,38) e reafirma a atitude dessa mulher, totalmente disponível ao dom de Deus. Maria é a representante tanto dos pobres do Senhor, aqueles que depositam a sua confiança em Deus, por acredita-

rem na sua gratuidade, como de Israel, resgatado por Deus ao enviar o Messias, manifestando a sua potência e misericórdia.

No Evangelho segundo Lucas, Maria é “bem-aventurada” por causa da maternidade (cf. Lc 1,42; 11,27; Gn 30,13), por acreditar na Palavra de Deus e praticá-la (cf. Lc 1,45; 11,28) e por fazer experiência e participar da instauração do Reinado iniciado com Jesus (cf. Lc 6,20-23; Sl 72,17 e Mt 3,12). Esses elementos também estão presentes na expressão “fez por mim grandes coisas”, no v. 49 (cf. Lc 1,35.37).

O cerne do canto encontra-se nas expressões “misericórdia de Deus” e “santo é o seu nome”. O termo “nome” indica a presença de Deus, que se volta ao ser humano, como acontece na revelação a Moisés (cf. Ex 3,13-15), e está relacionado com a benevolência e a potência divina manifestadas na libertação de Israel. Por sua vez, “santo”, um atributo divino, indica o agir de Deus de forma prodigiosa e com potência contra os inimigos, bem como seu agir misericordioso (cf. Is 41,8-20; Sl 99).

A palavra “misericórdia” pode ser traduzida também por “bondade” ou “fidelidade”; ela perpassa toda a história da salvação e se revela em Jesus Cristo.

Nos vv. 51-53, temos três categorias, vistas de forma negativa: os soberbos, os poderosos e os ricos. Para o evangelista, os soberbos são aqueles que não têm justa relação com Deus: não reconhecem seus pecados, não aceitam a soberania divina nem se abandonam totalmente à graça. A arrogância está enraizada na sede da vida intelectual, emocional e da vontade (cf. v. 51 e a palavra “coração”). Eles são incapazes de reconhecer Deus como Criador e Senhor.

Os poderosos são aqueles que possuem autoridade política e econômica. No terceiro evangelho, são os que se comportam inadequadamente na relação com o outro, explorando-o e dominando-o (cf. Lc 22,25-



26). Por isso, contrapõem-se aos humildes, que estão totalmente a serviço do outro.

Os ricos, embora constituam uma categoria do campo social, são aqueles que desenvolvem uma relação imprópria com os bens (cf. Lc 12,16-21; 16,13).

Essas três categorias de pessoas são vistas de forma negativa, porque não se abrem à misericórdia de Deus a fim de restaurar a sua aliança com ele e com os outros.

Os vv. 54-55 descrevem a relação existente entre Deus e Israel, marcada pela aliança. Tais versículos unem a misericórdia, a promessa dada aos pais, a Abraão e à sua descendência (cf. Gn 12,2-3; 18,18; 22,18; 26,4; 28,14), e recordam a Israel uma história marcada pela fidelidade de Deus. Essa história tem o seu ápice na entrega do seu Filho, que conduzirá a história à sua plenitude. No final do canto, é estabelecida uma relação entre Maria e Abraão. Do mesmo modo que, por meio da fé (cf. Rm 4,20-22), Abraão se torna o pai de todos, servo de Deus, e com ele se inicia a antiga aliança entre Deus e Israel, também por Maria – que, ao crer na promessa do anjo, se torna a fiel filha de Abraão, serva de Deus, a mãe de todos aqueles que seguem a Jesus – começa a nova e definitiva aliança entre Deus e todas as nações.

3. II leitura: 1Cor 15,20-27a

Essa passagem da primeira carta aos Coríntios está inserida na resposta de Paulo sobre as questões referentes à ressurreição dos mortos. Na comunidade de Corinto, havia pessoas provenientes da cultura grega, das religiões politeístas e dos “chamados mistérios” – práticas religiosas ligadas aos mitos gregos. Por serem recém-inseridas na comunidade cristã, carregavam algumas concepções das religiões e dos cultos que até então frequentavam, o que criava algumas dificuldades para compreenderem em que realmente consistia o seguimento de Jesus. Por isso, esses cristãos pensavam que, ao passar pelo batismo e par-

ticipar da ceia do Senhor, já eram ressuscitados, e assim não existiria ressurreição após a morte, mas após o batismo. Paulo afirma que existe ressurreição dos mortos e não aceitá-la é negar a ressurreição de Cristo. É importante sublinhar que a ressurreição de Cristo não é só um caso que confirma a possibilidade da ressurreição, mas o princípio dinâmico que fundamenta a ressurreição de todos os mortos. Para provar a ressurreição dos mortos, o apóstolo procura exemplos no AT e na experiência cristã, como veremos no trecho escolhido para esta liturgia.

Paulo diz que a ressurreição de Cristo é redenção e reconciliação, nos dá a certeza da remissão da infidelidade ao Deus fiel e confirma que os mortos serão ressuscitados.

O apóstolo inicia apresentando Jesus como primícias (cf. v. 20) daqueles que adormeceram (morreram). Primícias são uma imagem tirada da vida agrícola. São os primeiros frutos que amadurecem e são oferecidos em consagração a Deus, servindo como garantia de colheita posterior. Desse modo, a ressurreição é a antecipação e a garantia da nossa ressurreição. Cristo é chamado de primícias por ser o primeiro e o único a ressuscitar, dado que, para Paulo, iremos ressuscitar no fim dos tempos. Temos, porém, por meio de Cristo, a garantia de que podemos acreditar na ressurreição, pois ele venceu a morte.

Outro argumento é a contraposição entre Adão e Cristo, representando a dúplice história da humanidade. Adão é o símbolo da fragilidade humana (morte), da humanidade que se deixou corromper pelo pecado (cf. Gn 2,16; 3,17-19). Assim, temos duas concepções de morte: a morte física, que faz parte da condição humana, dado que somos criaturas e não deuses; a morte relacionada à desobediência de Adão, por desejar ser deus. A solidariedade com Adão e a morte relacionada à transgressão ocorrem nos textos da tradição judaica, que não fazem parte dos textos canônicos.



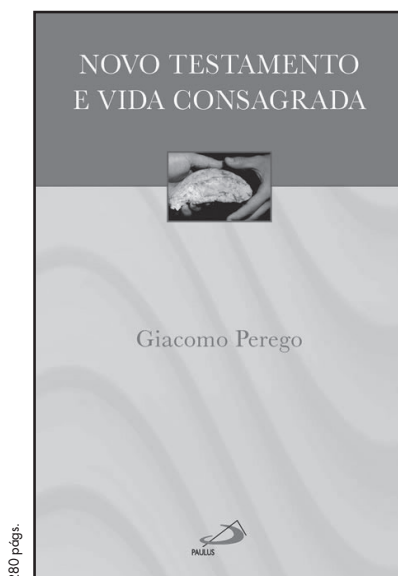
Cristo é o símbolo da vida, da nova humanidade, libertada da morte e do pecado. A ressurreição é resultado da obediência e fidelidade de Cristo e é agora a meta final da humanidade. Com isso, Jesus inaugura novo tempo, o tempo messiânico. Num cenário apocalíptico (cf. vv. 23-24), Paulo apresenta a ordem da ressurreição e dos eventos escatológicos: 1) a ressurreição de Cristo; 2) a ressurreição daqueles que são de Cristo, ou seja, dos fiéis solidários com o seu destino, que morreram até o evento da parusia. A ressurreição dos fiéis, portanto, está ligada à parusia (a vinda definitiva de Cristo, no fim dos tempos), quando ocorrerá a salvação definitiva. Por fim, o Filho entregará o Reino a Deus Pai. Assim, teremos a soberania divina sobre todo o mundo criado, a vitória definitiva sobre todas as potências hostis, sobre todo o mal, sobre tudo que se opõe ao Reino de Deus (cf. v. 26). O significado do senhorio de Cristo é explicitado mediante dois salmos, Sl 110,1 e Sl 8,9. No Sl 110,1, o Senhor convida o rei messias para sentar-se à sua direita até que ele coloque todos os seus inimigos como escabelo dos seus pés. Numa releitura cristã, Cristo deve exercitar sua realeza, até o triunfo final sobre o mal. O senhorio vitorioso de Cristo é necessário porque é o cumprimento da palavra profética da Escritura. Jesus Cristo ressuscitado participa do poder de Deus, da sua realeza, do seu reinado e da sua soberania. Ele reina, porém, à direita de Deus, ou seja, com poder compartilhado, poder recebido pelo Pai. O Sl 8,7 é utilizado para exprimir a dimensão universal e cósmica do senhorio de Cristo. Deus é o protagonista do processo salvífico, mas este se realiza por meio de Cristo. A finalidade de todo processo é a absoluta soberania de Deus.

III. Pistas para reflexão

As três leituras da solenidade da Assunção de Maria trazem como tema central a vitória da vida sobre a morte, pois acreditamos

Novo Testamento e vida consagrada

Giacomo Perego



280 págs.

O presente estudo nasceu da pesquisa que acompanha o curso “Novo Testamento e Vida Consagrada”, que, em anos alternados, ministra-se no Instituto de Vida Consagrada “Claretianum”, da Pontifícia Universidade Lateranense, em Roma, com o objetivo de oferecer uma primeira introdução aos temas e aos textos neotestamentários que sempre iluminaram a vida religiosa.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 3789-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



que nosso Deus é o Deus da vida. Diante do canto de Maria, podemos nesta festa nos perguntar: como Maria apresenta Deus no Magnificat? Qual é a imagem de Maria apresentada nesse canto de louvor? Como é o agir de Deus em nossa vida? Como ele age e se manifesta hoje? Se escrevêssemos um canto de agradecimento relacionado à nossa história, à história do nosso povo, de nossa comunidade, o que diríamos de Deus? Quais acontecimentos destacaríamos? Quais esperanças os textos do Apocalipse e de 1 Coríntios trazem para a nossa realidade social, política, eclesial e comunitária? Ao ter como modelo Maria, como ser sinal profético em nossa sociedade?

21º DOMINGO DO TEMPO COMUM

25 de agosto

Todos os povos virão e verão minha glória

I. Introdução geral

No último domingo do mês vocacional, recordamos a vocação de todos os que aderem a Jesus Cristo, de todos nós, cristãos. De modo especial, recordamos os catequistas, que têm a missão de introduzir crianças, jovens e adultos nesse itinerário da vida cristã. Neste domingo, também podemos avaliar nosso itinerário de fé e nosso seguimento do Messias Jesus, nosso Senhor.

A I leitura anuncia a promessa da reunião de todos os povos, de todas as nações, para ver a glória de Deus, a manifestação da salvação divina. Essa glória é revelada na vinda de Jesus, mas será plenamente manifestada no fim dos tempos. Todos são convidados a participar do grande banquete escatológico. O único critério é a prática da justiça (evangelho). Seguir Jesus não é fácil, por isso o batizado precisa estar preparado para os conflitos e resistir à tentação de desanimar (II leitura).

II. Comentários dos textos bíblicos

1. I leitura: Is 66,18-21

O chamado Trito-Isaías (Is 56-66) é de autoria de um profeta anônimo do pós-exílio. Ele tem como missão sustentar a esperança do povo que está voltando do exílio da Babilônia para reconstruir a cidade, a sociedade, o Templo, que foram destruídos. Os repatriados são convidados a ampliar os horizontes, pois o projeto de Deus tem dimensões universais. Deus quer unir todas as nações, para formar um único povo. Os povos que, oriundos das outras nações, aderem a Deus também se tornam missionários e recebem como mensagem a glória de Deus, ou seja, sua ação salvífica na história, e o desejo de que todos sejam livres e tenham a vida. Ele irá reunir as nações espalhadas pelos quatro cantos do mundo. O advento messiânico se caracterizará pela reunião de todos os povos no templo do verdadeiro Deus, e



296 páginas

O futuro da fé Harvey Cox

Que configuração a fé cristã deverá assumir no século XXI? Em meio ao ritmo acelerado das mudanças globais e diante de um aparente ressurgimento do fundamentalismo, o cristianismo ainda poderá sobreviver como uma fé viva e fecunda? Com seu estilo rico e acuidade acadêmica, Cox explora essas e outras questões num livro que é, ao mesmo tempo, autobiográfico, comentário teológico e história da Igreja.

paulus.com.br

11 3789-4000 | 0800-164011

vendas@paulus.com.br



todos participarão no culto e no sacerdócio (cf. vv. 20-21). O sentido da unidade entre os povos é confirmado por um confronto entre Gn 11 e o v. 18, indicando que o tempo messiânico reconstituirá a unidade rompida pela torre de Babel. É um sumário de temáticas escatológicas recorrentes no livro do profeta Isaías: o recolher as nações dos confins da terra, a visão da glória divina, o retorno da diáspora ao monte santo, a escolha de estrangeiros como sacerdotes do Senhor, a criação de um novo céu e de uma nova terra e o culto perene a Deus.

O final da profecia de Isaías evoca a revelação universal da glória de Deus. É um futuro criado por Deus. Ele envia seus mensageiros a todos os povos, até os mais distantes, que nunca ouviram falar dele. Então farão subir a Sião todos os povos e suas riquezas para santificarem o Senhor no Templo. O profeta vê Israel como o lugar da manifestação dos atos de Deus.

Os vv. 18-19 são dominados pela presença da glória de Deus. O v. 20 continua a descrever a ação dos missionários das nações. Esses missionários serão promotores do reencontro de todos os povos com os judeus, apresentando-os ao Senhor no monte santo, em Jerusalém. Haverá um novo sacerdócio, já não ligado a um povo ou a uma descendência, que não se restringirá a oferecer sacrifícios de animais, mas estará a serviço da libertação das pessoas, pois elas pertencem ao único Deus criador.

2. Evangelho: Lc 13,22-30

O tema principal dessa passagem é o critério para o ingresso no Reino definitivo de Deus. Jesus percorre todos os lugares, ensinando, porém a sua meta é Jerusalém (cf. v. 22), lugar da manifestação do Reino de Deus. Enquanto ensina, eis que surge a pergunta: “Senhor é verdade que são poucos os que se salvam?” (v. 23). Essa era uma questão, debatida pelos diferentes grupos religiosos, sobre

a qual não havia consenso. Alguns mestres pensavam que todo o Israel, como povo eleito, se salvaria. Outros grupos sustentavam que poucos seriam salvos. Jesus não dá uma resposta, mas diz que o caminho da salvação é uma porta estreita. Essa linguagem simbólica tem a finalidade de levar o povo a refletir. É um apelo à conversão, à decisão imediata de atender às exigências do Reino, pois é essa a condição necessária para participar do banquete escatológico. Prosseguindo a argumentação, podemos dizer que a única garantia da salvação é o compromisso com o Reino de Deus, que tem suas exigências, como a prática da justiça. A salvação não está garantida porque a pessoa faz parte de determinado povo, grupo, ou conhece pessoalmente a Jesus. Não é privilégio de poucos, mas é garantida para aqueles que constroem o Reino de Deus por meio da prática da justiça e da vivência dos valores evangélicos.

A menção à impossibilidade de participar do banquete é uma forma de indicar a necessidade de estar preparado e a urgência em se comprometer com o Reino. Quando a porta fechar, não adianta apresentar justificativas superficiais ou pensar ter direitos, pois o que conta é a adesão sincera ao Reino e sua realização por meio da prática da justiça (cf. v. 27).

O evangelista afirma que o Reino é universal: todos podem participar do banquete escatológico (cf. v. 29). Por isso é anunciado a todos, independentemente de serem judeus ou gentios. O critério para entrar nesse Reino não é nem mesmo ter conhecido Jesus, mas estabelecer relações adequadas com Deus, com o outro e consigo mesmo – relações justas. A vinda dos povos de todas as nações confirma a soberania, a realeza universal de Deus (cf. At 10,34-35). Por fim, temos a inversão escatológica: aqueles que pensam ser os primeiros serão os últimos, e os últimos serão os primeiros (cf. v. 30), pois os projetos e pensamentos de



Deus não são semelhantes aos nossos. Ele, porém, espera que ninguém permaneça do lado de fora da porta do banquete final.

3. II leitura: Hb 12,5-7.11-13

Hb 12,5-7.11-13 está em sintonia com a II leitura do 19º domingo do Tempo Comum, que apresenta uma releitura da história da salvação, demonstrando a fé e a perseverança de seus personagens principais, entre os quais o casal Abraão e Sara. O exemplo dessas pessoas serve para indicar aspectos importantes da vida cristã. O autor tem como interlocutor uma comunidade desanimada por causa de conflitos, dificuldades e perseguições (cf. 12,1.4). Nesse contexto, surge a pergunta: como entender o sofrimento cristão? O autor responde que a única forma é avaliá-lo à luz do mistério pascal.

Nos versículos escolhidos para esta liturgia, o autor trata do valor educativo do sofrimento, com a finalidade de dar um sentido à tribulação e à perseguição sofridas pelos cristãos, baseando-se na provação dos antepassados, citados em Hb 11. Os argumentos são os seguintes: estamos num processo de maturação espiritual; os sofrimentos provêm da relação filial com Deus, pois a repreensão é fruto do zelo pedagógico-disciplinar do pai para com seus verdadeiros filhos, tendo como objetivo a participação desses filhos em sua santidade. Desse modo, o autor de Hebreus apresenta a perseguição como uma divina formação, por meio da qual o fiel é formado (cf. 12,7). Portanto, o sofrimento não é sinal de desaprovação da parte de Deus, mas expressão do seu amor, por validar o pressuposto de que o fiel é filho de Deus. O sofrimento é para o bem do filho, pois terá como frutos a paz e a justiça. É garantia da salvação, pois este filho que passa pela provação irá amadurecendo no seu processo espiritual, pautando a sua vida pela vontade de Deus. O batizado também se torna partícipe do mistério pascal e da santidade divina.

Um elemento a ser sublinhado é a importância da solidariedade da comunidade com aqueles que sofrem, pois somente enfrentaremos as provações, sofrimentos e conflitos se permanecermos unidos.

O desafio de interpretar esse texto reside em pensar que todo sofrimento deve ser aceito porque nasce do amor de Deus Pai por nós. Não é isso o que o autor, provavelmente, deseja afirmar, mas seu objetivo é animar a comunidade a ser fiel ao projeto do Pai, mesmo à custa de sofrimento, e como tirar desse sofrimento forças para continuar a caminhar e lutar para que o Reino de Deus seja realidade em nosso meio.

III. Pistas para reflexão

No último domingo do mês vocacional, a liturgia convida cada um de nós, cristãos, a alegrar-se com a manifestação da salvação divina (I leitura) para todos os povos e com a certeza de que todos são chamados a participar do banquete definitivo (evangelho), no qual reinará a comunhão, a paz e a justiça. Ela também nos exorta a fazer uma revisão de nosso agir, para verificarmos se é conforme o Reino de Deus anunciado por Jesus; a perseverar no seguimento de Cristo e avaliar os conflitos e dificuldades à luz do mistério pascal. Para aprofundarmos os textos desta celebração, podemos nos perguntar: nossa prática é conforme a justiça? Estabelecemos adequada relação com Deus, com o outro e com nós mesmos? Diante dos conflitos e dificuldades, murmuramos contra Deus ou os avaliamos à luz do mistério pascal de Jesus Cristo? Nosso sofrimento é causado por nossa opção por Jesus Cristo e por seu Reino ou provém de nossos interesses pessoais frustrados e de nossa sede de poder não satisfeita? Diante das leituras apresentadas no último domingo do mês vocacional, qual proposta somos chamados/as a assumir para maior amadurecimento no nosso processo vocacional, como cristãos e cristãs? ●